



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CÂMPUS ESEFFEGO  
CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

RAFAEL LEMOS DE ARAÚJO

**A DEFICIÊNCIA VISUAL E OS DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR  
EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO**

GOIÂNIA  
SETEMBRO - 2022

RAFAEL LEMOS DE ARAÚJO

**A DEFICIÊNCIA VISUAL E OS DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR  
EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção de título de licenciado em Educação Física na Universidade Estadual de Goiás – *Campus* ESEFFEGO, sob orientação do Professor Me. André Luís dos Santos Seabra.

GOIÂNIA  
SETEMBRO - 2022

**Ata de Correção de Trabalho de Conclusão de Curso 1**

Goiânia, de **Setembro** de **2022**.

O trabalho nomeado “**A deficiência visual e os desafios no ensino superior em educação física: um estudo de caso**”, de autoria do discente RAFAEL LEMOS DE ARAÚJO, foi considerado (    ), pela banca de correção abaixo nomeada, a qual atribui nota (    ).

<b>Banca de correção formada pelos professores</b>	<b>Nota</b>
Professor Orientador Me. André Luís dos Santos Seabra	
Parecerista 1 Prof. <sup>a</sup> Me. Conceição Viana de Fátima	
Parecerista 2 Prof. <sup>a</sup> Me. Terita Michele da Silva Ferreira	
Total (somar as notas e dividir por )	

LEMOS, Rafael Araújo de. **A deficiência visual e os desafios no ensino superior em educação física: um estudo de caso** Trabalho de conclusão de curso de educação física – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – *CAMPUS* ESEFFEGO de Goiás, Goiânia – 2021/2.

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre um discente com deficiência visual na Universidade Estadual de Goiás UEG, campus ESEFFEGO, graduado em Licenciatura em Educação Física. O objetivo foi de discutir o processo de inclusão no ensino superior. Para tanto optou se por estudo de caso, no qual a abordagem foi qualitativa em relação a coleta de dados, através de entrevista com o sujeito da pesquisa contando sua história e a sua trajetória ao longo do curso. Após a coleta de dados foi possível identificar os obstáculos descritos por ele em relação a universidade como a estrutura, os materiais disponíveis, a relação entre professores e alunos. Após a realização da pesquisa, os resultados obtidos demonstram com clareza que ainda existem dificuldades em relação a formação de professores com deficiência visual na universidade pelo simples fato das mesmas não estarem totalmente preparadas para a inclusão desses alunos, devido à falta de preparação do corpo docente e estrutura não adequada para recebe-los. Para atingir os objetivos que foram propostos com a pesquisa, foram abordados 3 capítulos além da introdução e entrevista com o discente pesquisado: O capítulo I que aborda os aspectos históricos da pessoa com deficiência, o capítulo II que aborda a história da Educação Física e formação dos professores, o capítulo III que aborda a formação do professor com Deficiência Visual trazendo uma entrevista com o aluno objeto de estudo e ao final, as considerações finais da pesquisa.

**PALAVRAS CHAVE:** Deficiência Visual; Inclusão; Integração; Ensino Superior.

## ABSTRATC

This research presents a study on a visually impaired student at the State University of Goiás UEG, Eseffego campus, graduate in Physical Education. Bringing with it the perception of a colleague who followed closely his academic background. To do so, we use the qualitative method with data collection, through bibliographic research and an interview with the subject of the research telling his story and his trajectory throughout the course, with the objective of identifying and understanding the difficulties experienced by the visually impaired person in the undergraduate course. After collecting the data, it was possible to identify the obstacles described by him in relation to the university, such as the structure, the available materials, the relationship between teachers and students. After carrying out the research, the results obtained clearly demonstrate that there are still difficulties in relation to the formation of teachers with visual impairment in the university, for the simple fact that they are not fully prepared for the inclusion of these students, due to the lack of preparation of the faculty and not adequate structure to receive them. In order to achieve the objectives that were proposed with the research, three chapters were addressed in addition to the introduction and interview with the researcher: Chapter I dealing with the historical aspects of the person with disabilities, Chapter II dealing with the history of Physical Education and teacher training, Chapter III dealing with the training of the teacher with Visual Disability bringing an interview with the student being studied and the final considerations of the research.

KEY WORDS - Visual impairment; Inclusion; Integration; University education.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	04
<b>INTRODUÇÃO</b>	07
<b>METODOLOGIA</b>	10
<b>CAPITULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO</b>	12
1.1 História da pessoa com deficiência na sociedade	12
1.2. Aspectos legais da pessoa com deficiência na educação.	15
1.3 Características da pessoa com deficiência e a <b>deficiência visual</b>	19
<b>CAPÍTULO II- EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR: CONSTRUINDO O CENÁRIO DE PESQUISA</b>	25
2.1 História da educação física – recortes gerais, do surgimento a atualidade.	25
2.2 Formação de licenciatura em Educação Física.	28
<b>CAPÍTULO III – A DEFICIÊNCIA VISUAL E OS DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO.</b>	33
3.1. Obstáculos para a aprendizagem do aluno com deficiência visual em sua graduação.	33
3.2. Métodos e tecnologias para inclusão e aprendizagem utilizados pelo aluno com deficiência visual.	35
3.3 A relação pedagógica entre o aluno com deficiência visual, e os professores e colegas na universidade: inclusão ou integração?	37
<b>CONSIDERAÇÕES</b>	47
<b>FINAIS.....</b>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	49
<b>BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	
<b>ANEXOS.....</b>	51
<b>· APÊNDICES.....</b>	52
<b>..</b>	

## INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos vivemos em um mundo onde quem tem as melhores características ou o melhor desempenho físico e/ou intelectual sai na frente em relações os demais, ou seja, é cultural vivemos em um mundo que exclui as pessoas consideradas diferentes ou menos favorecidas pela sociedade em geral, na qual os melhores seguem uma trajetória menos desafiadora do que outros grupos. Assim, quando se leva tal contraste para a formação profissional, percebe-se o quanto as pessoas com deficiência precisam de um esforço maior para tentar igualar suas chances em uma comunidade na qual a inclusão ainda é pouco abordada e praticada, com recursos materiais e teóricos ainda pouco desenvolvidos.

Durante muitos anos, a falta de conhecimento, incentivo e preocupação de forma igualitária com todos na sociedade fazia com que os familiares de pessoas com deficiência tivessem receio de que os mesmos pudessem frequentar uma escola regular por diversos fatores como: falta de estrutura adequada para poder fazer com que esse aluno tenha um aprendizado parecido com o de outros alunos sem deficiência; medo de como seria a convivência com os colegas de sala de aula e também o contato com o professor; em resumo, acreditavam que eles não poderiam ter uma vida de crescimento satisfatório. Porém, atualmente essa concepção vem mudando bastante, e as famílias perceberam que as pessoas com deficiência podem ser integradas normalmente na sociedade e se tornar independentes, estudar, trabalhar, constituir família, entre outras coisas.

A quantidade de alunos com deficiência no ensino superior vem crescendo nos últimos anos a partir do sistema de cotas, porém a universidade ainda não se desenvolveu de forma eficiente para praticar a equidade dentro de sala de aula. De acordo com a Lei, que alterou os artigos 3º, 5º e 7º da Lei nº 12.711 ou Lei de Cotas, a quantidade de vagas oferecidas para pessoas com deficiência e que estudaram na rede pública de ensino deve ser oferecida em proporção à correspondente em cada estado onde estão localizadas as universidades.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), por exemplo, há vagas específicas garantidas para pessoas com deficiência. A porcentagem varia conforme o processo seletivo. Podemos também compreender que o princípio da equidade exige o reconhecimento das desigualdades existentes entre os indivíduos para assegurar o tratamento adequado na busca da igualdade. Equidade significa que os indivíduos são diferentes entre si e merecem tratamento diferenciado que reduza as desigualdades. Para Pelegrini, Castro e Drachler (2005) há, então, uma necessidade de

conferir a determinados grupos uma proteção especial e particular em face de sua própria vulnerabilidade.

A Educação Inclusiva diz respeito a atender às necessidades especiais que todos os alunos possam ter em algum momento de sua vida escolar, transformando a escola em um espaço para todos. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que essa inclusão atravessa todas as etapas de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior. A regulamentação ainda define que o atendimento educacional especializado (AEE) e a disponibilização de serviços e recursos para orientar os alunos e professores do ensino regular a esse respeito são premissas da Educação Brasileira.

Alunos com alguma deficiência, seja ela intelectual, mental, física, auditiva, visual e múltipla devem ter acesso a recursos diferenciados identificados como necessidades educacionais especiais (NEE). Mas qualquer adaptação ou adequação não pode ser caracterizada como um plano paralelo ao currículo escolar aplicado a todos os alunos. O ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, no caso da deficiência visual e auditiva, adaptações do material e do ambiente físico, no caso da deficiência física, e estratégias diferenciadas para adaptação e regulação do comportamento, no caso do transtorno global, são alguns exemplos de meios para garantir os direitos desses estudantes nas escolas.

Essa situação que é vivenciada pelos docentes e discentes no curso de Educação Física tem mostrado que, apesar das dificuldades que existem em qualquer instituição de ensino, o aluno deficiente visual tem a plena capacidade para acompanhar o curso que seja de sua preferência, fazendo com que muitas pessoas possam mudar a sua opinião sobre a possibilidade de uma pessoa que tenha essa deficiência poder se tornar um professor, ou seguir qualquer outra profissão. Freitas (2006) é da opinião de que a primeira mudança na formação docente é o conhecimento de como o ser humano aprende e se desenvolve independente de sua diversidade ou deficiência. Também se torna importante ressaltar a presença do aluno com deficiência contribui muito para a formação de professores mais capacitados a lidar com as diferenças que existem na sociedade, por estarem vivendo de perto um processo de inclusão e, dessa forma, acreditar cada vez mais que é possível desenvolver um ensino de qualidade para esse tipo de público. Por isso, devemos defender que a inclusão é boa não só para as pessoas que se sentem 'incluídas', mas, principalmente para toda a comunidade que participa desse longo processo.

Tendo exposto o contexto da problemática, elencou-se a seguinte questão a ser resolvida pelo estudo monográfico: como se deu o processo de ensino e aprendizagem de um

aluno com deficiência visual durante sua formação de licenciatura em Educação Física?

Enquanto objetivo geral pretende-se analisar o processo de ensino e aprendizagem de um aluno com deficiência visual ao longo de sua formação no curso de licenciatura em educação física na ESEFFEGO.

Portanto, a investigação buscará ter como resultados específicos:

- Identificar quais os obstáculos o aluno com deficiência visual lidou e lidou durante a graduação;
- Avaliar quais os métodos que esse aluno adota e adotou para se envolver e desenvolver o aprendizado;
- Dimensionar como é a relação do aluno com os professores e colegas na universidade;

O trabalho monográfico está dividido em três capítulos, no capítulo I foram abordados os Aspectos históricos e sociais da pessoa com deficiência na educação, para tanto a História da pessoa com deficiência na sociedade, os aspectos legais da pessoa com deficiência na educação, assim como a caracterização da pessoa com deficiência, as deficiências e a deficiência visual foram tratados teoricamente.

Já no capítulo II, com o título Educação Física no ensino superior: construindo o cenário de pesquisa, buscou-se de forma sucinta descrever a história da Educação Física a partir de recortes gerais do seu surgimento a atualidade. Esta parte do estudo encerra-se falando da formação de licenciatura em Educação Física, tendo como referencial teórico recortes do DCNs, sem a pretensão de se realizar a exposição curricular da formação, mas situar minimamente características da formação.

O capítulo final do texto é fruto das coletas e tratamentos de dados, com o título: A deficiência visual e os desafios no ensino superior em Educação Física: um estudo de caso, esta parte de estudo está dividida em três categorias de análises a seguir:

- Obstáculos para a aprendizagem do aluno com deficiência visual em sua graduação;
- Métodos e tecnologias para inclusão e aprendizagem utilizados pelo aluno com deficiência visual;
- A relação pedagógica entre o aluno com deficiência visual, e os professores e colegas na universidade: inclusão ou integração?

A seguir apresentaremos nossa metodologia de investigação.

## METODOLOGIA

O presente estudo tem o objetivo de analisar pedagogicamente o processo da inclusão de um aluno com deficiência visual nas aulas do curso de licenciatura em Educação Física no ensino Superior, para tanto foram coletados dados de natureza qualitativa que, segundo Gómez, Flores e Jiménez (1996), está coerente com esse tipo de procedimento, pois será realizado um estudo de caso de um aluno do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Goiás com deficiência visual. Para Yin (*apud* GIL 2008, p. 57) “[...] o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

Portanto, trata-se de estudo de caso de caráter qualitativo, buscou-se fazer uma investigação acerca do contexto em que esse aluno está inserido realizando uma interpretação do verdadeiro significado, que foi gerado pelo participante da pesquisa. Para Knips e David (2005, p.33):

Do ponto de vista ontológico, para o pesquisador qualitativo, a realidade é subjetiva – apresentando várias facetas simultaneamente – e apresenta-se a partir das observações dos participantes, de como eles a constroem. Pelo pressuposto epistemológico, o pesquisador interage com o sujeito pesquisado. Na perspectiva qualitativa, falamos dos sujeitos participantes em uma forma interativa

O aluno investigado é um dos primeiros deficientes visuais com cegueira total a iniciar e concluir um curso superior em Educação Física no estado de Goiás. O estudo de caso foi realizado com o tipo de investigação, análise e interpretação das informações obtidas nesse processo, procurando assim entender de forma contextualizada a pesquisa realizada, através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Triviñus (2013, p.160) assim definiu a técnica:

[...] a análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens"

Para coletar os dados foi aplicado a técnica de entrevista formulada/estruturada na qual se consiste de conversa orientada no intuito de buscar informações específicas relativas às três categorias explicitadas na introdução e assim realizou-se o registro escrito das falas do entrevistado e os dados foram confrontados com as teorias pertinentes que fazem parte da pesquisa e o fenômeno de investigação. Portanto esta técnica é aquela na qual o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. “Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de

preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano”. (MARCONI; LAKATOS, p. 197, 2003).

Em todos os atos da pesquisa foram feitas anotações em um diário de pesquisa, no qual o pesquisador deverá anotar as suas impressões acerca da pesquisa e que serão utilizados momentos das discussões dos resultados, pois oferecerão maior precisão no rememorar das sensações e constatações.

Essa pesquisa tem a justificativa de que os alunos e professores precisam perder o receio de se relacionar com uma pessoa com deficiência, saber identificar as limitações do seu colega com deficiência visual e incentivá-lo a ter uma participação maior durante o curso, compreender o processo de como esse aluno desenvolve o seu aprendizado e como ele se motiva a frequentar as aulas e também para concluir o curso de Educação Física, e como ajudar e incentivá-lo a participar das diferentes modalidades de aulas práticas inseridas na graduação.

# CAPÍTULO I

## ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO

### **1.1 História da pessoa com deficiência na sociedade.**

No início da civilização, ainda não havia meios de registrar as condições de vida dos deficientes, porque na maioria das sociedades primitivas os doentes e as pessoas com deficiência eram abandonadas ou mortas pela própria família. Não há informações exatas sobre como os homens viviam nesse período histórico ou como as pessoas com deficiência eram percebidas na sociedade. A história das pessoas com Deficiência Visual é marcada tanto por momentos de estigma quanto de misticismo. E, em todos esses momentos, as dificuldades oriundas da ausência do sentido da visão se sobressaíram, comprometendo, assim, a plena inclusão dessas pessoas na sociedade (MAZZOTA, 2005; JANNUZZI, 2006).

Se sabemos menos sobre a vida humana na pré-história, menos sabemos sobre a existência ou não de pessoas com deficiência durante este período da história humana. No entanto, a história nos diz que abandonar é talvez o comportamento que foi mais comum nesse período. Ambos os períodos supramencionados foram caracterizados pela exclusão e abandono das pessoas com deficiência, especialmente daquelas que detinham algum impedimento na realização de atividades importantes para a sobrevivência do grupo e/ou no desenvolvimento da sociedade (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013).

Para Shimazaki e Mori (2012), as pessoas com deficiência eram nomeadas de deficientes e doentes mentais, sendo, por essa razão, segregadas socialmente, internadas em orfanatos, manicômios, prisões –junto a elas, estavam doentes mentais, idosos e delinquentes.

No antigo Egito, as pessoas com deficiência pertenciam a diferentes classes e hierarquias sociais (faraós, nobres, altos funcionários, artesãos, fazendeiros, escravos). Os anões não tinham impedimento físico para sua profissão, principalmente como dançarinos e músicos. Anões eram empregados nas casas de oficiais de alto escalão, uma posição que lhes trazia honra e funerais dignos. No antigo Egito, os papiros continham ensinamentos morais que enfatizavam a necessidade de respeitar as pessoas com nanismo e outras deficiências.

Silva (1987, p. 82) faz referência aos antigos hebreus destacando que esses povos acreditavam que tanto a doença crônica quanto a deficiência física ou mental, e mesmo qualquer deformação, indicavam certo grau de impureza ou de pecado.

Em Atenas, na Grécia antiga, bebês com deficiência eram colocados em vasos de barro e abandonados. Grandes pensadores como Platão em seu livro "A República" e Aristóteles em seu livro "Política", abordaram o problema do planejamento das cidades gregas mostrando que as pessoas nascidas com deficiência tinham problemas. Para os gregos, o corpo belo e forte era prova de saúde e força, requisitos necessários para o combate e a luta, para a conquista de novas terras, sendo que aqueles que não correspondessem a esse ideal, como as crianças e os doentes, eram marginalizados e até mesmo eliminados ou abandonados à própria sorte para morrer. (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011, p. 25).

A rejeição é devido à exposição, abandono ou expulsão em uma cordilheira na Grécia. O extermínio de crianças deficientes era tão comum que até os maiores filósofos da época concordavam com isso.

A República, Livro IV - Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém. (GUGEL, 2007, p. 63).

Em Esparta, onde os cidadãos pertenciam ao Estado, os pais tinham o dever de apresentar seus filhos aos juízes em praça pública, as crianças com deficiência eram consideradas inferiores, o que legalizava a exclusão das crianças. Sendo esse comportamento completamente desportivo e clássico que foi a base para a organização sócio-cultural dos espartanos.

Se lhes parecia feia, disforme e franzina, como refere, Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Eles o prendiam imediatamente e o levaram para um lugar chamado Ápothetai, que significa depósito. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Tahgetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria a morte, pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte e rija durante toda a vida (SILVA, 1986, p. 122).

Entre os poetas gregos, o mais famoso é Homero, que de acordo com estudos era deficiente visual e viveu na época anterior a Jesus Cristo e escreveu os belos poemas da Ilíada e da Odisseia. Homero mesmo com a sua deficiência ninguém sonhava em chamá-lo de Ceguinho ou qualquer outro termo pejorativo que é usado nos dias de hoje, e Homero é considerado o grande poeta, o maior poeta de todos os tempos, mas o fato de ter sido cego é insignificante.

Contudo, estes cuidados garantidos por lei não amparavam as crianças que nasciam com deficiência, uma vez que estas eram julgadas por uma comissão oficial de anciãos ou pelo próprio pai, que avaliavam o destino delas (SILVA, 1987, p. 103).

Em Roma, a lei não favorecia as pessoas com defeitos de nascença, os pais tinham a liberdade de matar crianças fisicamente deformadas afogando-as ou deixando seus filhos em cestos no Tibre, os sobreviventes eram descartados e levados para o circo para entreter os ricos.

Quando o cristianismo surgiu no Império Romano, essa doutrina combateu, entre outras práticas, a exclusão de crianças com defeitos congênitos.

Segundo Silva (1987): ‘‘Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos, e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados as casas comerciais, tavernas e bordeis; bem como a atividade dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes’’ (SILVA, 1987, p. 130).

Foi então que surgiram os primeiros hospitais de caridade, acolhendo os pobres e os deficientes. Em nome da caridade, a rejeição se transforma em confinamento, pois o asilo que garante teto e alimento também esconde e isola o inútil. (PESSOTTI, 1984, p. 7).

No início da Idade Média, as pessoas com deficiência física e mental eram enxergadas muitas vezes como possuídas por demônios e queimadas como feiticeiros. Os ignorantes consideravam o nascimento do deficiente como um castigo de Deus. Mesmo intelectuais do mais alto nível acreditavam nesses postulados, como foi o caso de Martinho Lutero que defendia que pessoas com deficiência mental eram seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificadas. (SILVA, 1987, p. 230).

Pessoas supersticiosas viam neles os poderes especiais de bruxas ou feiticeiros. As crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas, a literatura da época os colocavam anões como centro de entretenimento e eram desprezados pelos ricos e pelas pessoas saudáveis. KANNER (1964) relatou que ‘‘a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e seus hóspedes’’ (p. 5).

Mais tarde, tornou-se prática comum na sociedade feudal isolar pessoas com deficiência em hospitais ou campos de refugiados. Durante os primeiros séculos da Idade Média, essas instituições foram mantidas principalmente pela Igreja. Apesar da existência de hospitais e asilos, não há o suficiente para atender a todos, muitas pessoas tinham que vagar pelas ruas ou ser aceitas por algumas famílias por motivos de superstição ou serem vistas com reprovação e também utilizadas como bobo da corte.

Nos tempos da Idade Moderna passamos de um período de extrema ignorância para o nascimento de novas ideias. Entre os séculos XIV e XVIII o humanismo deu grandes passos. Gerolamo Cardano (1501-1576) médico e matemático inventou códigos para ensinar os

surdos a ler e escrever por meio de sinais. Esse método contrariava o pensamento da sociedade da época que não acreditava que surdos pudessem ser educados. No século XV o reformador religioso Martinho Lutero declarou que as pessoas com deficiência não eram de natureza humana e eram usadas por espíritos malignos, bruxas, fadas e elfos e costumava dar ordens para tirar a vida dessas crianças deficientes geralmente por afogamento. As ações consequentemente recomendadas eram o castigo, através de aprisionamento e açoitamento, para expulsão do demônio. (PESSOTI, 1984)

Durante os séculos XVII e XVIII, o atendimento aos deficientes nos hospitais deu grandes passos. Assistência ortopédica especializada estava disponível para deficientes em guerra e cegos e surdos. Philippe Pinel (1745-1826) explicou que as pessoas com transtornos mentais deveriam ser tratadas como doentes, ao contrário do que acontecia na época, quando eram tratadas com violência e discriminação.

No século XIX, Louis Braille (1809-1852) criou o sistema de escrita "BRAILLE" que é usado pelo deficiente visual até os dias de hoje. Também no século XIX, com o reflexo das ideias humanistas da Revolução Francesa, pensava que os deficientes necessitavam não apenas de hospitais e abrigos, mas também de cuidados especiais. Foi durante este período que começaram a ser estabelecidas organizações para estudar os problemas das deficiências individuais. O sistema "BRAILLE" baseia-se na combinação de 63 pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos, que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos, formando, assim, o que é denominado de celta Braille, sendo lido com a ponta do dedo indicador pressionando os pontos em relevo (MOSQUERA, 2010). E seguindo essa linha, Sá (2007) ressalta que a produção de textos contribui para a estruturação da linguagem e do pensamento, além de despertar a imaginação e a criatividade, como uma situação de aprendizagem muito rica.

Como os vários períodos históricos que se seguiram e nas civilizações que marcaram a evolução humana, parece que os deficientes foram tratados de forma diferente pela sociedade, ou aceitos e respeitados, destruídos ou abandonados. Após um longo percurso histórico, a visão da pessoa com deficiência hoje encontrou um novo padrão, desde a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, primeiro tratado internacional a ser incorporado ao ordenamento jurídico. No 3º parágrafo do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, inaugurando uma figura jurídica inédita instituída no direito brasileiro, consolidando-se como o primeiro tratado internacional a entrar em vigor da norma da Constituição.

Nos dias de hoje se reconhece que, mesmo com avanços substanciais nas questões sociais, políticas e jurídicas, as pessoas com deficiência permanecem à margem da sociedade,

taxadas como incapazes e improdutivas. E ainda são chamados por nomes que são considerados pejorativos, como coitados, e são vistos com olhar de “pena” por algumas pessoas.

Na verdade, o processo de inclusão vai muito além de colocar alunos com deficiência nas chamadas escolas regulares ou reservar percentuais de vagas em concursos públicos para serem preenchidos por candidatos com deficiência. É preciso mudar a estrutura social existente, no sentido de organizar uma sociedade que atenda aos interesses de todos sem discriminação.

## **1.2 Aspectos legais da pessoa com deficiência na educação.**

No que diz respeito à educação de pessoas com deficiência, existem documentos vigentes que nos mantêm informados sobre os seus direitos como: A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 1948, garante a educação para todos, indistintamente, quaisquer que sejam suas origens ou condições sociais. A Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) explicita, em seu quinto princípio, os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, levando os educadores em geral a assumirem, conscientemente, a responsabilidade de valorizá-las como indivíduos e como seres sociais. A Declaração de Jomtien, que é fruto da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, relembra que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. (BRASIL, 1990.) A Declaração de Salamanca, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha, em 1994, com a participação de 92 países, incluindo o Brasil, e que teve o objetivo de promover a educação para todos, sendo considerada um dos documentos mais importantes para o desencadeamento e a estruturação do processo de inclusão educacional das pessoas deficientes (BRASIL, 1994).

E a Convenção da Guatemala é o documento resultante da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação com as Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2001).

A aprendizagem de alunos com deficiência é responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional e não apenas dos professores. Nesse sentido existem redes de apoio constituídas por pessoas que irão colaborar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A família acima de tudo é responsável pela educação de uma criança ou jovem na escola. Por isso é importante criar uma relação de parceria e confiança entre a escola e a família e uma

boa comunicação entre eles. As escolas são responsáveis por acolher os alunos com deficiência e tomar as providências necessárias para garantir seu direito à educação.

É necessário dialogar com o deficiente visual sobre as possíveis formas de estabelecer a relação professor-conteúdo-aluno, previamente ao ensino dos conteúdos (BAZON, 2009; DIAS, MORAIS, NETO e HENRIQUE, 2010; BARTON, 1998; MASINI e BAZON, 2005; NUERNBERG, 2009). Esse diálogo pode ser fundamental como potencializador da compreensão dos conceitos científicos que serão trabalhados em aula, na medida em que o professor se “abrir” ante as expectativas do seu aluno relativas ao formato da apresentação dos conteúdos. A atividade do professor em sala de aula que tem um estudante com cegueira também envolve o planejamento para que o estudante tenha um tempo maior para entregar os seus trabalhos. Esta sugestão está prevista no Decreto n.º 3.298/1999, Art. 27 (BRASIL, 1999a).

Antes tínhamos uma escola regular e uma escola especial separada. Hoje temos uma forma de educação mais inclusiva, que dá oportunidade para todos. A educação na escola regular nos dá uma possibilidade maior de convivência e socialização de alunos com deficiência promovendo a diversidade. Para que ocorra inclusão de todas as crianças à escola e o ideal de uma escola para todos está dando um novo rumo às expectativas educacionais do para alunos com necessidades especiais.

Esses movimentos ganharam enorme impulso desde a década de 90 no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência nas redes de ensino regular e avanços rápidos em vários países desenvolvidos, observando que o sucesso da integração desses alunos requer um sistema de ensino diferente do que já existe. Implicam tudo incluído independentemente de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas ou outras e exigem uma organização do sistema educacional planejada e organizada leva em consideração a diversidade dos alunos e fornece respostas que se adaptam às suas características e suas necessidades.

Para Mantoan (2005), a relação integração e inclusão tem uma diferença de ações, onde a primeira tem o objetivo de incluir todos os alunos que um dia foram excluídos e a segunda tem o propósito de nunca deixar ninguém no exterior do ensino regular. Desta forma, devemos saber o verdadeiro sentido de inclusão para que a população comece a exercer valores e atitudes da forma correta, dando suporte e apoio, responsabilizando toda a sociedade nesse processo, que se inicia em casa, devendo ser reproduzido e realizado de maneira correta pelo estado, tendo seu ápice representativo dentro das instituições de ensino superior e nas escolas.

Outra preocupação que uma escola deve ter, é fornecer aos seus educadores a formação básica e continuada para lidar com esses alunos, bem como as adaptações e equipamentos necessários para o seu estudo. Os encontros entre professores e formadores pedagógicos promovem a troca de experiências e aprendizagens. Infelizmente os cursos universitários não preparam os futuros professores para lidar com as diferenças e singularidades de cada aluno.

Sendo um guia para as escolas. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve ser seguida por toda a educação básica, mas não é algo fixo e imutável. Tornar esse currículo mais flexível para promover a aprendizagem de alunos com deficiência também é papel e responsabilidade da escola e de todos os seus educadores. Essa flexibilidade inclui o fornecimento de equipamentos e móveis essenciais e a compra de equipamentos específicos, como computadores e softwares. A escola não deve estar sozinha nesta tarefa. Este deve ser um esforço conjunto entre a escola regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Estado.

A educação inclusiva ainda está sendo implementada no Brasil, portanto há muitos desafios a serem superados. A questão mais importante continua a ser a falta de preparação e formação dos professores para lidar com alunos com deficiência. Por exemplo, o número de professores especializados em Libras ou Braille ainda está longe do desejável. Muitas escolas públicas também carecem de recursos financeiros para fazer as adequações necessárias ou adquirir os equipamentos necessários para atender às necessidades de seus alunos com deficiência. O material impresso em tinta, como os livros didáticos, apostilas, devem ser adaptados e transcritos em braille, e as ilustrações devem ser representadas em alto relevo, explorando o sentido do tato (BRASIL, 2010).

A educação inclusiva se torna portanto, uma proposição politicamente correta que representa valores simbólicos importantes compatíveis com igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos em um ambiente educacional solidário. Ela se impõe como uma perspectiva a ser buscada e vivida dentro da realidade brasileira que certamente é muito ampla e variada. Cerqueira e Ferreira (2000) destacam que um dos problemas básicos que a pessoa com deficiência visual e, em especial, o aluno cego vivenciam consiste na dificuldade de ter contato com o ambiente que as rodeia, uma vez que costuma carecer de materiais adequados que possibilitem que a aprendizagem se dê de forma plena.

As dificuldades da mudança são indiscutíveis sendo mais difíceis quando envolvem novos desafios e exigências socioculturais. É uma pergunta em um período de transição onde o progresso é ansiosamente buscado enfrentando esses desafios mantendo a continuidade

entre a prática passada e presente. Esta falta de preparo e informação dos docentes sobre métodos de ensino, materiais didáticos adaptados e a falta de comunicação entre professores e esses alunos gera uma lacuna que dificulta o acesso e a permanência do educando com NEE no Ensino Superior (ANDRADE; PACHECO; FARIAS, 2006; ROCHA; MIRANDA, 2009).

Os professores entendem que o processo de inclusão é gradativo interativo e culturalmente definido exigindo o próprio envolvimento do aluno na construção de um ambiente de aprendizagem que lhes seja propício. Matos (2012) enfatiza a importância da formação de educadores para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiência, tendo em vista a concepção de Educação que respeita a diversidade.

Ensinar uma criança com deficiência visual não é tarefa fácil, pois a ausência da visão dificulta o estabelecimento da contextualização do mundo exterior. A educação especial passa a ser definida no Brasil a partir de uma perspectiva mais ampla, indo além do mero conceito de atendimento especializado como sua marca registrada nos últimos tempos. Conforme definido na nova LDB, é uma modalidade de educação escolar para a formação de indivíduos para o exercício da cidadania. Elemento integral do sistema educacional é praticado em todos os níveis de estudo em instituições de ensino cujo desenho pedagógico, organização e prática devem respeitar a diversidade de alunos exigindo diferenças.

É importantíssimo atender necessidades educacionais de todos os alunos. Os serviços de educação especial não podem ser desenvolvidos individualmente mas devem ser incluídos na estratégia global de educação e perseguir seus objetivos comuns.

A análise de diversos estudos brasileiros identifica tendências para evitar tratar a educação especial como um sistema distinto, e reforça sua caracterização interativa na educação geral. A sua ação transversal abrange todos os níveis de ensino pré-escolar, primário, secundário e superior assim como outros métodos de ensino de jovens e adultos e ensino profissionalizante. A falta de oportunidade constitui-se a maior dificuldade. É muito importante que sejam construídos valores e significados, junto com a família e os profissionais, para que haja a compreensão das necessidades, isto pode ser através da troca de informações, sentimentos e experiências (BRASIL, 2000).

A atenção à diversidade da comunidade escolar parte do pressuposto de que os ajustes curriculares podem atender às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. Defendem que a atenção à diversidade deve ser feita com medidas que levem em conta não apenas as capacidades intelectuais e conhecimentos de alunos, mas também seus interesses e motivações.

### **1.3 Caracterizar a pessoa com deficiência, as deficiências e a deficiência visual;**

Na legislação brasileira, os diferentes tipos de deficiência são citados no artigo 1º da referida Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e estão categorizados no Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, em seu inciso I, II, III, e IV como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva) e múltipla, que é a associação de mais de um tipo de deficiência (BRASIL, 2004). E essas deficiências podem ser tanto ao nascer quanto adquirida ao longo da vida.

Segundo Michel Foucault (2001, p. 69), o corpo diferente aos poucos passou a ser conhecido como o corpo monstruoso, “aquele que constitui em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas também uma violação das leis da natureza”. Para ele, o monstro humano combina o impossível com o proibido e serviu como o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias. O corpo marcado pelas diferenças, mesmo sendo o princípio de inteligibilidade de todas as formas de anomalia, é ele - monstro, anormal, ou deficiente - em si, inteligível ou dotado de uma inteligibilidade tautológica (FOUCAULT, 2001).

A deficiência física é uma disfunção física ou motora, pode ser inata ou obtida. Desta forma esse problema afetará os indivíduos relacionados a movimentos. Conforme diz o decreto nº 3.298/99, redação dada pelo decreto nº 5.296, de 2004, inciso, I: “São as alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se de diversas formas como paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.”

A deficiência auditiva trivialmente conhecida como surdez consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir, isto é, um indivíduo que apresenta um problema auditivo. É considerado surdo todo o indivíduo cuja audição não é funcional no dia a dia e considerado parcialmente surdo todo aquele cuja capacidade de ouvir ainda que deficiente é funcional com ou sem prótese auditiva.

A pessoa com deficiência intelectual apresenta um atraso no seu desenvolvimento, tem dificuldades para aprender e realizar tarefas do dia a dia e interagir com o meio em que vive. Ou seja, existe um comprometimento cognitivo que acontece antes dos 18 anos e que prejudica suas habilidades adaptativas.

De acordo com o Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como deficiência mental o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. A deficiência múltipla se caracteriza pelo conjunto de duas ou mais deficiências associadas de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em torno de 0,05% da população possui deficiência visual grave (baixa visão e cegueira), sendo que esse número poderia chegar a 1% em países subdesenvolvidos (Jornal da Tarde, 6/05/2001). Com base nestas estimativas, o número de deficientes visuais no País se situaria entre 800 mil e 1,6 milhão de pessoas. Mas, segundo o IBGE, com base no censo de 2000, o número de pessoas com deficiência visual (considerados incapazes ou com pequena ou grande dificuldade permanente de enxergar) no país, é de 16.573.937 (quase 10% da população), embora o número dos que têm "grande dificuldade permanente de enxergar" seja 2.398.472 (1,4%) enquanto os "incapazes de enxergar" (cegos) somam 159.824 pessoas (perto de 0,1% da população).

A deficiência visual é caracterizada pela perda parcial ou total da capacidade visual, em ambos os olhos, levando o indivíduo a uma limitação em seu desempenho habitual. A avaliação deve ser realizada após a melhor correção óptica ou cirúrgica (MUNSTER E ALMEIDA,2004).

A cegueira e a visão subnormal podem também resultar de doenças como diabetes, descolamento de retina ou traumatismos oculares (BRASIL, 2000).

A deficiência pode ser permanente ou se tornar estável por um tempo que seja suficiente para não poder ser alterada, dificilmente mudar, embora novos tratamentos indiquem que possa haver alguma mudança e melhora na condição da pessoa.

Acreditamos que a pessoa tem a deficiência, mostrando a redução de necessidades de capacidade e equipamento de integração social e adaptação, meios ou recursos especiais para receber ou transmitir informações necessárias para a saúde pessoal e suas atividades de desempenho ou exercício. Conhecer a origem da cegueira pode ser importante para fins educacionais, isso porque qualquer resquício de memória visual pode auxiliar o trabalho do professor na alfabetização do estudante cego (AMIRALIAN, 1997).

Além disso, é comumente utilizado ainda nos dias atuais o termo "portador de deficiência" podendo ser interpretado como uma discriminação, desrespeito ou simplesmente

um despreparo da sociedade que convive com pessoas com qualquer tipo de deficiência. A Convenção das Nações Unidas ONU foi o instrumento internacional que adotou formalmente o termo "pessoas com deficiência", que rege o conceito de que a deficiência é o resultado da interação da pessoa com o meio em que ela convive e, não um problema.

Além disso, a LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO conforme foi citado no artigo 2, "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". Trazendo assim, uma nova forma de enxergar o deficiente como qualquer outro cidadão, tal como os direitos e deveres como cidadão evitando qualquer tipo de discriminação, violência ou um tratamento em que eles se sintam excluídos ou até mesmo humilhados pela sua condição.

“Conforme afirma Mazini (1993, p.61) educacionalmente podemos dividir os deficientes visuais em dois grupos: cegos e pessoas com visão subnormal”.

Cego é aquele que dispõe de 20/200 de visão de melhor olho, isso corresponde a 6 metros do que uma pessoa de visão normal pode ver a 60 metros após correção. Visão subnormal, aquele que dispõe de 20/70 de visão nas mesmas condições. Para fins educacionais essa delimitação tem se mostrado pouco apropriada. Segundo o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, pessoas com deficiência são aquelas que têm alguma limitação ou incapacidade para desempenhar atividades.

A cegueira é uma variante séria ou completa de uma ou mais funções básicas de visão que afeta a capacidade de conhecer cores, tamanhos, distância, formas, posições ou movimentação em um campo que é considerado abrangente. Isso pode acontecer do nascimento (cegueira congênita) ou então devido a causas acidentais ou aleatórias. Normalmente a perda de visão faz com que a extinção de globos oculares e necessidades consecutivas para usar próteses em um ou ambos os olhos.

Se a falta de visão afeta apenas um olho (visão ocular) o restante assumirá funções visuais sem causar distúrbios significativos ao uso de visão satisfatória e eficaz. Os sentidos têm as mesmas características e potencial para todos. Segundo alguns relatos, a audição é desenvolvida por pessoas deficientes visuais porque usam esse sentido com mais frequência para decodificar e salvar informações na memória.

O forte desenvolvimento da audição acaba se tornando uma habilidade que é adquirida pelo deficiente visual para poder se adequar a sua realidade e também ao mundo em que vive. A audição desempenha um papel importante na escolha e codificação de sons significativos e

úteis. A capacidade de especificar um significado de som sem perceber que sua origem visual é difícil e complicada. A experiência tátil se limita ao uso das mãos. O cheiro e o paladar trabalham juntos e são coadjuvantes indispensáveis.

Deficiência Visual ou Cegueira é o termo usado para uma perda completa de visão quando a pessoa passa a confiar nas habilidades alternativas de visão. Garcia, L. (1990,p.19) define a deficiência visual como: “Qualquer perda visual de um sujeito”. Mas essa perda visual admite gradações, e é aqui donde surgem os diversos significados.

De acordo com a abordagem educacional as pessoas cegas não usam a visão como modo de aprendizagem e exigem sistemas esclarecidos para criar textos em computadores. Em 2002, Cidade, Freitas e outros, citados pela Revista Digital efdeportes, concluíram que as deficiências visuais podem ser congênitas ou adquiridas, algumas podem resultar na deficiência visual, direta ou indiretamente; outras não necessariamente.

A cegueira assume a falta de consciência visual devido a fatores fisiológicos ou neurológicos.

A tecnologia representa um grande progresso para pessoas cegas como software e livros digitais que podem ser acessados. Os auxílios ópticos estão divididos em dois tipos, de acordo com sua finalidade: recursos ópticos para perto e recursos ópticos para longe. (Braga, 1997, p. 12)

A baixa visão é frequentemente definida como uma condição na qual a visão da pessoa não pode ser totalmente corrigida com óculos, interferindo em suas atividades diárias como ler e se locomover. A baixa visão é o resultado de condições oftálmicas como a retinopatia diabética ou catarata. Nunes e Lomônaco (2010) afirmam que, em casos de baixa visão podem ser utilizados, recursos ópticos para elevar ao máximo a visão que é possível.

Todas essas condições causam diferentes tipos de efeitos à visão da pessoa, dificultando suas atividades pessoais.

A visão é o sentido que nos une fundamentalmente ao mundo objetivo e integra os demais sentidos para que as informações externas oriundas dos estímulos viso – sensoriais sejam apreendidas de forma imediata, constante e plena. E, nesta tarefa, a visão desempenha um papel crucial, uma vez que representa a quase totalidade das impressões que temos do mundo, considerando-se que 4/5 dessas impressões nos chegam através dos olhos (Oliveira, 1999) cit. por Coimbra, I. (2003,p.52).

A visão é o canal mais importante de relacionamento pessoal com o mundo exterior. Tanto quanto a audição ele capta arquivos próximos ou distantes e permite que você organize

do nível cerebral as informações fornecidas por outros sentidos. Estudos recentes revelaram que ver não é uma habilidade congênita significando falar no nascimento ainda não sabemos ver: você deve aprender a enxergar.

Durante anos, um homem deficiente visual que se destacava, e tinha um desempenho satisfatório de aprendizagem e um bom nível de informação e verbalização deslumbrava e maravilhava a todos. Nada de tão especial geralmente é esperado desse tipo de pessoa pela sociedade, em autonomia e independência. Portanto, a educação de uma criança deficiente visual é basicamente sobre seu sucesso intelectual. Essa reação demonstrou a expectativa geral de uma habilidade visual ruim: que uma vida “normal” não faz parte da vida cotidiana, seja viajando com independência, o ato de comer sozinho, vida social, concorrência no mercado de trabalho, finalmente a agir como cidadão com base no respeito da sociedade e seja aceito.

Felizmente a situação vem mudando. Talvez não com a velocidade que desejamos, mas o cuidado com essas crianças vem crescendo e seus programas com atividades e instruções diárias e mobilização. Desde muito cedo aquelas pessoas que conseguem enxergar aprenderam a administrar as situações mais diversas que surgem e que olhe ao redor deles e o modo de se relacionar com todos. É necessário permitir que as relações similares com as pessoas que não conseguem enxergar ou que enxergue menos.

A independência alcançada graças a uma boa programação da sua rotina diária vai muito além das necessidades pessoais básicas, como higiene, alimentação, hábitos e etiquetas ao sentar à mesa, cuidados domiciliares e atividades sociais. Isso significa o desenvolvimento de confiança e melhoria de sua capacidade a aquisição de natural eficiente e desenvolvimento nos universos sociais e uma atitude que dê confiança no potencial de pessoas com deficiência.

## CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR: CONSTRUINDO O CENÁRIO DE PESQUISA

### 2.1 História da Educação Física – recortes gerais, do surgimento à atualidade.

De acordo com historiadores, os primeiros relatos de atividade física datam de tempos pré-históricos, porém quando se percebeu o interesse por um físico mais saudável não pela beleza ou pelo exercício mas pelo em da forma física. Desde então a Educação Física adaptou-se aos tempos e à sociedade pois passou por mudanças e etapas evoluindo ao longo dos séculos para alcançar a Educação Física que conhecemos hoje. Charles Darwin, com sua publicação “A origem das espécies” (1859), afirmava que o homem era resultado de uma longa evolução que começou com os hominídeos até o homo sapiens, o que corresponde às nossas características atuais. Ele também desenvolveu a ideia da seleção natural, na qual apenas os seres vivos mais adaptados ao ambiente imposto poderiam sobreviver.

A Educação Física evolui gradativamente desde suas origens na pré-história passando pela evolução cultural das pessoas, que está associada aos sistemas político, social, econômico e científico da sociedade. Deve-se ressaltar, no entanto, que nem todos passam pelas mesmas fases ao mesmo tempo. Enquanto o Egito dos Faraós estava em um período histórico, muito próximo a ele, muitas civilizações viveram durante o maior período primitivo.

Ainda hoje no século XXI podemos encontrar grupos de pessoas vivendo em estado selvagem como algumas tribos isoladas na floresta amazônica, no interior da África ou nos desertos da Austrália. Essas tribos viveram na verdadeira Idade da Pedra. E desde os tempos da pré-história a educação física foi influenciada pela sociedade. Naquela época as atividades físicas limitavam-se à defesa e ao ataque. A luta pela sobrevivência no período, levou a movimentos naturais. Para desenvolver os estudos desse período, os pesquisadores recorreram a todo tipo de objetos como rochas primitivas, animais, e pessoas, pinturas rupestres, monumentos e, mais tarde objetos e monumentos de bronze e ferro, câmaras funerárias, entre outros.

Segundo relatos, o homem primitivo se deslocava de um lugar para outro em busca de comida caminhando e subindo em árvores, subindo penhascos, nadando, pulando e atirando suas várias armas de arremesso. Portanto, o homem realiza os movimentos mais básicos e naturais do corpo desde que se levanta. Passaram a dominar técnicas rudimentares da agricultura e domesticação de animais. Em qualquer desses momentos, foi preciso o

aprimoramento das habilidades físicas para a otimização de gestos e a construção de ferramentas que possibilitem maior sucesso nas práticas de sobrevivência (OLIVEIRA, 1990).

Em cada sociedade, pessoa ou país, a Educação Física recebe atenção e é utilizada por diferentes centros. Na China, a Educação Física era praticada com caráter beligerante além de fins terapêuticos e higiênicos. HOANG TI (3000 a.c) Imperador guerreiro, pregava exercícios físicos com finalidades higiênicas e terapêuticas além do caráter guerreiro.

Na Índia, a Educação Física é vista como uma doutrina a ser seguida, com tendências fisiológicas e necessidades militares indispensáveis. É aqui que entram a ioga e os exercícios médicos intensivos com técnicas de respiração e massagem. O Buda sustentou que os exercícios são o caminho da energia física, pureza emocional, benevolência e conhecimento da ciência que conduz à suprema felicidade do Nirvana (no budismo, o estado de estado de completa ausência de sofrimento).

No Japão a Educação Física é baseada na saúde higiene, filosofia, ética, religião e guerra.

No Egito as ginásticas que integravam a ginástica egípcia eram dotadas de equilíbrio, força, flexibilidade e resistência. A existência da ginástica no Egito foi revelada nas pinturas nas paredes dos túmulos.

Mas foi na Grécia que encontramos a antiga civilização que mais contribuiu para a Educação Física. Mais uma vez, o vínculo entre a sociedade e sua cultura pode ser visto com a história da Educação Física. Foi na Grécia que surgiram grandes pensadores, que criaram uma série de conceitos, que até hoje são aceitos pela educação física e pela pedagogia. Grandes artistas, pensadores e filósofos como Mirón, Sócrates, Hipócrates. Platão e Aristóteles criaram conceitos como equilíbrio entre corpo e mente ou espírito. Os termos halterofilismo, atleta, ginástica, pentatlo, entre outros, também são de origem grega.

Após a tomada militar da Grécia, Roma absorveu a cultura dessa civilização, mas a Educação Física era caracterizada por um espírito pragmático e tendo assim uma visão voltada para a preparação de soldados e pessoas para a guerra. Foi na época romana que surgiu a famosa frase "Mens sana in Corpore Sano" de Juvenal.

A Idade Média foi marcada pelo impacto do cristianismo em plena ascensão. Mesmo assim, a sociedade continuou a seguir as teorias de Aristóteles enriquecendo sua base de conhecimento. Nessa época floresceu a arte gótica, nasceram as primeiras universidades, trazendo consigo as personalidades de gênios como São Tomás de Aquino. Considerada como

a "idade das trevas" a adoração do corpo era vista como um pecado e com ela veio um severo declínio na educação física. Exercícios físicos eram realizados em torneios muito ferozes.

No Renascimento, a Educação Física deu um salto em busca do seu próprio conhecimento. O período da renascença fez explodir novamente a cultura física. A admiração e dedicação da beleza do corpo, antes proibida, agora renasce com grandes artistas como Leonardo da Vinci (1432-1519). A escultura de estátuas e a dissecação de cadáveres fizeram surgir a anatomia, grande passo para a Educação Física e a Medicina. A introdução da Educação Física na escola, ao mesmo nível das disciplinas tidas como intelectuais, se deve nesse período a Vittorino da Feltre (1378-1466) que, em 1423, fundou a escola “La Casa Giocosa” onde o conteúdo programático incluía os exercícios físicos”. (PEREIRA; MOULIN, 2006, p. 19-20).

O iluminismo traz novas ideias e o destaque é que neste momento temos dois grandes nomes: Rousseau e Pestalozzi. Rousseau propôs que a Educação Física era necessária para a educação das crianças e foi introduzida nas escolas. Pestalozzi foi o primeiro educador a atender para os dois elementos básicos na prática dos exercícios: a perfeita colocação e execução, sem os quais os praticantes poderiam alcançar um desenvolvimento satisfatório.

O tema principal do período contemporâneo é o surgimento da ginástica localizada onde são responsáveis quatro grandes escolas: alemã, nórdica (escandinava), francesa e inglesa.

Neste período podemos citar personalidades que tiveram um grande destaque. Na escola alemã, como pai da ginástica pedagógica moderna, Johann Cristoph Friederick Guts Muths, notável pedagogo. O fundador e fomentador da ginástica sócio-patriótica foi Friederick Ludwing Jahn, cujo fundamento era a força. Seu lema era “vive quem é forte”. “Foi ele quem inventou a Barra fixa, as barras paralelas e o cavalo, dando origem à Ginástica Olímpica”. (PEREIRA; MOULIN, 2006, p. 20).

Já na Escola Escandinava ou Nórdica, o grande destaque foi o sueco Per Henrik Ling, que teve de lutar com energia e tenacidade ao procurar estabelecer ramos científicos aos exercícios físicos, levando para a Suécia as idéias de Guts Muths. A ginástica sueca foi o grande trampolim para tudo o que se conhece como ginástica atualmente. Como descreveu em sua obra, PEREIRA e MOULIN (2006, P. 21) “Per Henrick Ling (1766-1839) foi o responsável por isso, levando para a Suécia as idéias de Guts Muths após contato com o instituto de Nachteggall. Ling dividiu sua ginástica em quatro partes: a pedagogia – voltada para a saúde evitando vícios posturais e doenças, a militar – incluindo o tiro e a esgrima, a

médica – baseada na pedagogia, evitando também as doenças e visando ainda a estética – preocupada com a graça do corpo”.

Na Escola Francesa temos como principal elemento o espanhol naturalizado Francisco Amorós y Ondeano. Ele conseguiu fazer uma divisão para a ginástica em civil e industrial, militar, médica e cênica. O método que ficou conhecido como ginástica natural, teve um francês como seu principal defensor. Georges Herbert (1875-1957) defendia que a educação física deveria favorecer os movimentos humanos naturais ou seja correr, escalar, nadar, pular, empurrar, puxar entre outros.

Por outro lado, a escola dos ingleses é baseada em jogos e esportes. Seu campeão foi Thomas Arnold que reencenou as Olimpíadas. As escolas inglesas também tiveram uma enorme influência no treinamento militar. E com a disseminação de ideias pelo mundo, a partir dessas quatro grandes escolas, a Educação Física tornou-se mais pesquisada, organizada e reconhecida. Conquistou seu espaço, adquiriu caráter científico e tornou-se indispensável na vida de todos, desde crianças aos idosos que a praticavam.

É concebível que a Educação Física tenha passado por profundas mudanças como resultado de processos históricos e em andamento, e esse processo continuará ao longo dos anos. No passado a mudança era mais lenta. Hoje com a velocidade com que as informações são transmitidas e a facilidade de acesso a novas pesquisas e publicações acredita-se que as mudanças serão mais rápidas e completas.

Todos os processos evolutivos estão ligados à história do mundo. É impossível separar a história, a sociedade e a política dos movimentos providos pelos defensores da Educação Física. Esses aspectos históricos, sociais, políticos, e os movimentos proporcionados pelos educadores físicos, sustentam e fundamentam o atual panorama da Educação Física global.

O desenvolvimento da história da Educação Física passou por várias etapas; alguns pontos positivos e alguns negativos. Esses períodos construíram o conceito que a Educação Física possui atualmente, segundo afirma a UNILEAO, uma área do conhecimento que se dedica ao desenvolvimento da saúde integral das pessoas, que acontece por meio do desenvolvimento corporal e cognitivo, ocupando um lugar de destaque na sociedade. E as próximas fases tornarão a prática da Educação Física, mais profissional e em geral com objetivos cada vez mais definidos e precisos, pois em virtude da regulamentação da profissão. Ao passar dos anos, Educação Física foi disponibilizada em maior escala para que toda a população pudesse praticá-la independente de classe social, idade, condição física, cor ou religião, orientação sexual ou qualquer outra deficiência, seja ela física, motora ou mental.

## **2.2 Formação de licenciatura em Educação Física**

A história dos cursos em Educação Física no Brasil inicia-se com a criação do primeiro curso provisório de Educação Física do Exército em 1910. Neste participavam, em sua maioria, militares e tinham como professores, ex-atletas e médicos, tendo uma duração de cinco meses (FIGUEIREDO, 2005). No entanto, os primeiros cursos civis foram criados em São Paulo em 1934 (que tempos depois foi incorporada à Universidade de São Paulo) e no Rio de Janeiro em 1939, na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este último criado pelo decreto-lei 1212 de 17 de abril de 1939 tinha como objetivo ser a escola padrão na formação de Educação Física no Brasil, apesar de naquela ocasião já existirem outras escolas de formação na área da Educação Física no país, ela foi à primeira instituição de ensino superior em Educação Física pertencente a uma universidade (UFRJ, 2006) e que curiosamente outorgava diferentes títulos com diferentes durações: Licenciado – 2 anos, Normalista especializado em Educação Física – 1 ano, Técnico desportivo – 1 ano, Treinador e Massagista desportivo – 1 ano e Médico especializado em Educação Física e desporto - 1 ano. (FIGUEIREDO, 2005).

Em 1969, o currículo de formação em Educação Física ganhou o status de nível superior após a resolução CFE de nº 69/69 que aumentava a carga horária para um mínimo de três anos e 1800 horas, outorgando título de Licenciatura Plena e uma possível complementação de duas disciplinas para a obter o título de Técnico desportivo. Percebeu-se uma preocupação com a formação educacional com o aumento das disciplinas da área, porém a grande novidade foi à inserção de um elenco de disciplinas obrigatórias, subdivididas em básicas e profissionais, nos cursos de todo país, sendo este modelo chamado de currículo mínimo (TOJAL, 2005b). Tendo disciplinas em sua grade que eram as seguintes: chamadas de básicas como: Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene. E também as profissionais como: Socorros Urgentes, Ginástica, Rítmica, Natação, Atletismo, Recreação e as matérias pedagógicas de acordo com o parecer nº 672/69 (Psicologia da educação, Didática, Prática de Ensino através de Estágios Supervisionados e Estrutura de Ensino de 1º e 2º graus). (TOJAL, 2005b).

Após muitas críticas ao currículo mínimo, que não levava em consideração as diferenças regionais onde os cursos estavam inseridos, (além de que em algumas instituições não adicionarem em seus currículos nenhuma disciplina complementar, ficando o currículo mínimo como currículo pleno) e com o aumento da área de atuação do profissional no mercado, uma terceira proposta de currículo foi aprovada em 16 de outubro de 1987. (TOJAL, 2005b).

Nesta proposta, simbolizada pela Resolução nº 03/87 decretava-se o fim do currículo mínimo, substituído por áreas de conhecimento, conteúdo identificador da área e conteúdo de natureza técnico-científica, ampliação da carga horária mínima para 2880 horas e tempo mínimo de integralização de quatro anos e a criação da titulação de Bacharelado visando atender exclusivamente o mercado não escolar que estava em crescente expansão. (TOJAL, 2005b)

Apesar de constar da resolução como possibilidade de Titulação, o Bacharelado em Educação Física foi oferecido por poucas instituições no Brasil, pois a Licenciatura, além de permitir a atuação na área escolar, também o fazia em relação ao espaço não formal, tirando o sentido de existência do Bacharelado. (NOZAKI, 2004).

Em termos de currículo não há diferença na formação, o que aumenta o desinteresse das instituições de ensino em oferecer uma modalidade de formação que permita que os egressos tenham menos campos de atuação do que aqueles com diploma. No entanto, após algumas discussões na década de 1990, e devido às necessidades do atual modelo socioeconômico, o Ministério da Educação decidiu reformar a grade curricular dos cursos de bacharelado que foi implantada em 2002. Com as resoluções 01 e 02 de 2002 do CNE/CES. Aspectos-chave desses materiais dizem respeito ao aumento da carga horária de estágio que atualmente tem cerca de 400 horas, além de 400 horas de prática curricular, com carga horária mínima de 2800 horas e tempo mínimo de conclusão. (BRASIL 2002) o que significa três anos de licença e mais um curso pedagógico adicional das disciplinas para obtenção do bacharelado. Em outras palavras, no passado a Licenciatura era apenas um complemento do programa Bacharelado. Esse recurso embora seja a forma de programa extracurricular dominante no Brasil nas famosas diversas áreas de bacharelado é pouco utilizado nas aulas de Educação Física do país.

Diante dessa nova organização curricular para a formação de professores, foram criadas diversas comissões de especialistas para determinar os diferentes conteúdos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em diversas áreas e com a Educação Física não poderia ser diferente. Foi criada uma comissão de especialistas com professores universitários de

Educação Física de diversas regiões do país para que se encaminhasse ao Conselho Nacional de Educação uma proposta de formação (TOJAL, 2005b).

Alguns defendiam a proposta da manutenção da divisão entre Licenciatura e Bacharelado com currículos voltados para a consolidação de competências diferentes para diferentes campos de atuação, o escolar para a Licenciatura e o não escolar para o Bacharelado, porém este modelo tem como críticas principais o fato de que seguindo esta mesma lógica, um único curso de bacharelado também poderia não dar conta de atender ao mercado de trabalho em constante expansão, além de desconsiderar o princípio da atuação da Educação Física que é a prática docente (KUNZ, 1998).

Do outro lado da discussão, outra proposta que foi defendida foi a criação de uma “Licenciatura ampliada” que garantisse todo o conhecimento da Educação Física, independente do campo de atuação, pois segundo Nozaki (2004) esta identidade profissional baseada na docência, independe do espaço de atuação, além de não ser adequada a terminologia de bacharel para um profissional que vai exercer o magistério, mesmo que fora da escola. A grande crítica a esta proposta foi justamente o fato de que o aumento de disciplinas que atendessem a área não formal acabaria por descaracterizar a Licenciatura e não possibilitava a formação das competências no âmbito não escolar (KUNZ, 1998). Depois de muitas discussões prevaleceu a primeira proposta materializada no Parecer CNE/CES 58/2004 e homologada pela Resolução CNE/CES nº 07/2004.

Até 2004 o que existia era uma licenciatura plena em Educação Física oferecendo aos graduados a oportunidade de trabalhar em qualquer área do mercado à sua escolha. No entanto a partir do ano de 2005 ficou estabelecido que todas as instituições de ensino que oferecem um departamento de educação física deveriam se adequar às novas regras. O novo regimento dividiu esse treinamento em duas categorias: A Licenciatura e o Bacharelado que trabalham de formas diferentes e capacitam os alunos para atuar em ramos distintos da profissão. Enquanto a primeira é mais voltada à sala de aula, a segunda é possui um leque maior de opções de trabalho.

Estas regras foram estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) cujo objetivo é garantir que os candidatos às carreiras façam suas escolhas de acordo com seus interesses e perspectivas. Essas diferenças se aplicam não apenas ao campo de trabalho, mas também à aprendizagem de áreas de conhecimento e habilidades que foram adquiridas.

Durante a formação em licenciatura em Educação Física começa-se estudando assuntos mais gerais necessários para entender o funcionamento do corpo humano e o impacto

que a atividade física tem sobre ele. Assim, entre os assuntos estudados estão a fisiologia humana, anatomia e fisiologia do exercício.

À medida que o curso se desenvolve, outras disciplinas do programa são introduzidas aprofundando os estudos. É o caso da Didática, disciplina necessária para que o profissional possa funcionar aplicando práticas pedagógicas adaptadas; e História da Educação responsável por lhe proporcionar um panorama do desenvolvimento dessas práticas ao longo do tempo entre outras. Em média todo esse processo leva cerca de quatro anos exigindo que os alunos concluam os estágios obrigatórios e enviem uma tarefa final para conclusão do curso (TCC) para concluir sua formação.

A formação em licenciatura é ideal para quem busca uma formação para se tornar um professor de educação física e atuar na área escolar. Sua tarefa será identificar o conhecimento pesquisado e apresentado em campo, planejá-lo e aplicá-lo na forma de aulas sempre preconizando a visão de compromisso social. Para isso o curso é estruturado de forma a garantir o contato direto do aluno com a realidade escolar. Ao longo de sua formação acadêmica você será obrigado a realizar atividades práticas e estágios relacionados à implementação do curso.

Autores como Darido (2001) e Ayoub (2001) acabam por demonstrar que alguns profissionais encontram dificuldades em sua atuação pelo fato de não terem tido experiências e discussões ainda no meio acadêmico, assim como uma falta de visão e interpretação de um melhor fazer pedagógico, que inclusive, aponta até então estar carregada de conceitos e atuações que partem de uma visão e educação do ser de maneira fragmentada e dualizada (corpo-mente e teoria-prática).

Ainda sobre a formação dos professores de Educação Física, é possível por muitas vezes perceber a ausência e carência de sistematização e vivência do conteúdo a ser explorado, o que deve ser analisado já que o foco seria formar e dar sempre continuidade de conhecimento e entendimento para as crianças se tornarem capazes de crescer de forma harmônica também com suas possibilidades de conhecer, problematizar e explorar. Sayão (2001)

Segundo o site da UEG, o curso de Graduação em Educação Física possui uma nova matriz curricular, 2021/1, que visa formar um professor/profissional comprometido com os valores inspiradores da sociedade democrática, a compreensão do papel social da escola, o cuidado com oferta de práticas corporais nos diversos espaços não escolares, a apreensão e socialização do conhecimento científico, seus significados em diferentes contextos e sua

articulação interdisciplinar com as áreas afins. Estará balizado por um compromisso social com a formação humana e a saúde dos sujeitos, com processos de investigação que aperfeiçoem a prática pedagógica, a prática social e o gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional. E utiliza a abordagem tecnicista com uma vertente desenvolvimentista, e foram inseridas disciplinas da área de humanas e os eixos curriculares apontavam deslocamentos, ainda que parciais, para conceitos mais críticos, o que provocou polarização no interior do currículo, onde o contraditório deu sustentação a diversos conflitos epistemológicos.

Dentro dessa perspectiva, podemos citar as abordagens existentes na graduação em Educação Física, como a Desenvolvimentista, Construtivista-Interacionista, Crítico-Superadora, Sistêmica, Psicomotricidade, Crítico-Emancipatória, Cultural, Jogos Cooperativos, Saúde Renovada, e a dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O futuro graduando será responsável por algo muito importante: o processo de formação do conhecimento e aprendizagem do aluno durante um período crítico da vida. Para isso é muito importante que além do conhecimento você tenha o seguinte perfil profissional: ter habilidade no trato com as pessoas (principalmente crianças e jovens), paciência, compreensão, disposição física para seguir os exercícios e também motivado pela ação. Portanto ser professor é ter um papel tão importante na formação de pessoas é algo que muitos profissionais acham gratificante e extremamente prazeroso.

### **CAPÍTULO III – A DEFICIÊNCIA VISUAL E OS DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO.**

#### **3.1 Obstáculos para a aprendizagem do aluno com deficiência visual em sua graduação.**

Uma preocupação dos professores de Educação Física, identificada em algumas pesquisas, está associada ao prejuízo que os alunos sem deficiência poderiam sofrer devido à presença de alunos com deficiência (LIENERT; SHERRIL; MYERS, 2001). Na opinião dos professores, a atenção destinada ao aluno com deficiência prejudicaria a aula e os demais alunos e, em alguns casos, “desestruturaria a forma de trabalhar” e, por isso, precisariam diminuir a complexidade das atividades e o ritmo das aulas (FIORINI, 2011; SOUZA; BOATO, 2009). Assim, fica claro que, para contornar tal obstáculo é necessário buscar uma formação que seja de fato inclusiva, onde não ocorra apenas a integração destes alunos dentro das universidades.

Os resultados das investigações de Dias, Morais, Neto e Henrique (2010), Delpino (2004), Mazzoni e Torres (2005) e Masini e Bazon (2005) indicam alguns desses principais entraves, destacando: desníveis nas calçadas, objetos móveis e imóveis deixados em locais inapropriados (bancos, motocicletas etc.), desrespeito às faixas de pedestres por motoristas de automóveis e ciclistas dentro do próprio campus etc.

As pessoas com deficiência visual na graduação em Educação Física enfrentam desafios diários como: A falta de recursos de acessibilidade, a dificuldade de comunicação com os colegas e professores, a limitação para participar das aulas práticas em que se faz necessário desenvolver adaptações para que esse aluno se sinta incluído e possa participar efetivamente das aulas práticas como uma brincadeira específica ou a prática de algum esporte, que poderá participar com o auxílio de algum colega de sala que se disponibilize a guiá-lo no decorrer das atividades propostas em aula.

A presença de um discente com deficiência visual no Ensino Superior nos leva a refletir mais sobre o que vem a ser de fato educação inclusiva, além disso, requer um esforço dos sistemas de ensino, sendo necessário para a superação das barreiras que existem para esses estudantes. Essas barreiras não se dão só em relação à infraestrutura física que se faz necessária, como um piso tátil por exemplo. Na maioria das vezes a universidade aponta a carência de materiais didáticos e o próprio despreparo para a interação com as necessidades específicas do aluno com deficiência. Os obstáculos arquitetônicos são representados por barreiras físicas que impedem o deslocamento seguro do deficiente visual pelas dependências

da instituição universitária. (CIDADE; FREITAS, 1997) destacam que no caso de deficiência visual assegure-se de que ele está familiarizado com o espaço físico, percursos, inclinações do terreno e diferenças de piso, estas informações são úteis, pois previnem acidentes, lesões e quedas.

As escolas devem construir uma estrutura interna que possa atender os alunos com necessidades especiais adequadamente, conforme preconizado pela LBD, o modelo de inclusão prioriza que o atendimento às necessidades pedagógicas de todos os alunos se faça no mesmo contexto, com adaptações necessárias e que a aprendizagem desses alunos não dependa unicamente de um programa de ensino adequado, mas também da disponibilidade de recursos pedagógicos e mobiliários adaptados (MELLO; MANZINI, 2003).

### 3.2. Métodos e tecnologias para inclusão e aprendizagem utilizados pelo aluno com deficiência visual.

Quando se tem um deficiente visual entre seus alunos, se torna necessário que o professor adote algumas estratégias de ensino que sejam condizentes para superar os obstáculos relacionados à inclusão desses alunos na educação superior. A didática adotada pelo docente deve procurar atender a incapacidade visual e, ao mesmo tempo, envolver os outros alunos também para que se obtenha a participação de todos em aula e que não haja discriminação por parte dos colegas. Preparar-se pedagogicamente para o atendimento a alunos cegos e videntes, coletivamente, começa pela compreensão das concepções que se tem a respeito da cegueira (DELPINO, 2004; MAZZONI e TORRES, 2005).

O professor deverá assegurar-se de que o aluno esteja familiarizado com o espaço físico, percursos, inclinações do terreno e diferenças de piso. Estas informações são extremamente úteis, pois previnem acidentes, lesões e quedas. Também se torna importante que toda instrução seja verbalizada, dando possibilidade para que o aluno com deficiência visual entenda a atividade proposta. Nessa circunstância podem se destacar dois tipos de professores: os professores heróis que superam as adversidades em prol da inclusão, ou os professores resistentes que criam barreiras comportamentais para a continuidade de um processo inclusivo (FALKENBACH, BATTISTELLI, MEDEIROS e APELLANIS, 2007).

Mediar as relações entre colegas é também fazer com que os alunos façam trabalhos em grupo na sala de aula. Esse tipo de atividade implica diferentes ganhos para todos os alunos: fazem com que os alunos possam se relacionar; as relações colaborativas estabelecidas entre os colegas nos grupos são importantes para a formação na educação superior, em função dos debates que são feitos entre os participantes dos grupos; o trabalho coletivo favorece a ocorrência de boas aprendizagens (VIGOTSKI, 1998);

Hurst (1998) chama a atenção para o fato de que, aos universitários com deficiência, seja disponibilizado o material teórico no formato que desejarem. Segundo o autor, alguns estudantes farão opção pelo material impresso em Braille, outros optarão por material previamente gravado em fitas cassete, ou mesmo digitalizados utilizando arquivos em formato PDF ou WORD para o aluno que tenha acesso ao computador em casa ou até mesmo na universidade. Selau & Damiani (2016) apontaram a necessidade e a importância de consultar o aluno com deficiência visual sobre o formato no qual prefere receber o material para seus estudos, como esquemas de aulas, livros, textos, artigos científicos: em Braille, áudio livro ou formato digital.

A sugestão de entregar o material adaptado envolve, ainda, o planejamento de estratégias de ensino para aulas que utilizem materiais visuais, tais como vídeos, lousa e painéis. O professor precisa idealizar, antes da aula, como esses recursos podem servir de elementos mediadores para a aprendizagem do deficiente visual. O acesso aos materiais didáticos, portanto, é fundamental no processo formativo do estudante na instituição de ensino, a fim de garantir a autonomia desse público e a sua inserção nos diversos ambientes que propiciem o aprendizado (Fernandes & Costa, 2015).

Raposo (2006) identificou que as tecnologias disponibilizadas para os deficientes visuais participantes da educação superior facilitam a sua aprendizagem. De acordo com a pesquisadora, a utilização de recursos tecnológicos favorece a independência dos estudantes e se mostra como importante meio de acesso rápido à informação.

O cuidado com a permanência do deficiente visual na instituição de ensino superior inclui a elaboração de um projeto pedagógico que esteja voltado para o aprendizado dos conhecimentos científicos por todos os estudantes. É tarefa da universidade acompanhar as situações pedagógicas que fundamentam a constituição dos mais diferentes cursos, na tentativa de proporcionar aos alunos um ambiente adequado para a aprendizagem. Pereira et al. (2016) também ressaltam a importância desta tecnologia assistiva como uma ferramenta indispensável para o estudante, no que concerne tanto ao ingresso quanto à permanência nas instituições, pois permite acesso aos materiais de estudo e às informações, diminuindo as barreiras acadêmicas.

Chahini e Silva (2009) ressaltam que a inclusão na educação superior não representa concessão de privilégios para os deficientes, mas a promoção da equiparação de oportunidades, para que todas as pessoas sejam “incluídas na sociedade como cidadãos plenos de direitos para o desenvolvimento de suas potencialidades”

O deficiente visual não consegue estabelecer uma relação com o restante do mundo através de estímulos e contatos visuais, portanto é interessante para seus cuidadores do dia a dia, docentes e professores de apoios que fazem trabalhos de acompanhamento com eles durante a graduação, que eles possam estar atentos e se importarem com a limitação desse aluno fazendo com que ele tenha contato com objetos mesmo que adaptados durante as aulas, contatos corporais, pois eles tem a curiosidade de conhecer as pessoas, e fazem isso muitas vezes através do toque no rosto, sentindo cheiros, escutando os passos de pessoas próximas a eles, aprendendo e adaptando até a forma que as pessoas se comunicam com ele. Segundo ALVES e DUARTE (2005) A escassez de informações visuais pode ocasionar, caso não seja

adequadamente estimulada, prejuízos em diversos aspectos de seu desenvolvimento, tais como atrasos no campo motor, cognitivo, emocional e social.

Sá (2007), aponta que a aprendizagem do aluno com deficiência visual pode ser mais lenta na realização de algumas atividades, pois a dimensão analítica demanda mais tempo. Esses alunos têm a necessidade de manipular e explorar para conhecer as suas características e fazer uma análise detalhada para tirar conclusões. “Assim, a falta da visão não interfere na capacidade intelectual e cognitiva”.

As adaptações dos recursos, do material pedagógico, do equipamento tecnológico, dos recursos físicos, da comunicação, são adaptações que devem ser buscadas pelos gestores institucionais e proporcionadas pelos professores para mediar o aprendizado dos conteúdos científicos por todos os estudantes. Esses alunos têm o mesmo potencial de aprendizagem e podem demonstrar um desempenho escolar equivalente ou superior ao de alunos que enxergam mediante condições e recursos adequados” (SÁ,2007)

### 3.3 A relação pedagógica entre o aluno com deficiência visual, professores e colegas na universidade: inclusão ou integração?

Os educadores devem buscar uma relação cordial e aberta com os alunos para melhor conhecimento das necessidades, hábitos e comportamentos de cada um. Conversar naturalmente, responder as perguntas e estar pronto para esclarecer as eventuais dúvidas e também para que esses alunos se sintam incluídos desde o princípio. Freitas (2006) define a inclusão como aquela onde o local de ensino proporciona ao aluno interação com os demais colegas, independente das dificuldades apresentadas por cada indivíduo.

Também é recomendado evitar a fragilização ou uma eventual superproteção para com esse aluno fazendo com que ele não se sinta diferente dos demais e podendo assim combater uma futura atitude de discriminação ou indiferença por parte dos colegas de sala. Compete ao professor, também, a tarefa de elaborar estratégias e abordagens que consigam ser desenvolvidas com os diversos perfis de aprendizagem em sala de aula. Essas estratégias deveriam considerar tanto atividades em grupo como individuais (FERREIRA, 2014).

A presença de um aluno com deficiência visual na sala de aula pode se tornar de fato uma grande contribuição para os professores e demais alunos durante a graduação. Pois, esse aluno deficiente aprende de maneira diferente dos demais alunos, principalmente pelo sentido da audição, prestando atenção nas aulas ou fazendo a utilização de um gravador como podemos presenciar com nosso colega que está sendo retratado e nos dá um conhecimento

maior sobre o assunto, podendo gerar uma curiosidade e interesse maior dos outros alunos. Observando de perto como ele aprende os conteúdos teóricos e como será a adaptação e participação em conteúdos práticos, podendo ajudar no seu desenvolvimento e evolução ao longo do processo de formação com uma participação maior ao decorrer das aulas. Segundo Dias de Sá (2007), no que desrespeita ao desejo de aprender, alunos com deficiência visual não se diferem de seus colegas que enxergam.

Aprender é aqui entendido como a capacidade humana de receber, colaborar, organizar novas informações e, a partir desse conhecimento transformado, agir de forma diferente do que se fazia antes. Aprende-se numa relação com o outro ser humano e/ou com as coisas ao seu redor. (Masini, 1993).

É necessário que o aluno com deficiência visual se sinta incluído ao seu ambiente de aprendizado para que possa se desenvolver com mais facilidade e rapidez, e para que ele se sinta capaz de realizar as atividades propostas durante as aulas por exemplo. Estímulos devem ser constantemente realizados para que o deficiente visual se sinta independente, com maiores habilidades e tenha mais segurança de si. “O processo educacional do deficiente visual deve estar centrado nas necessidades e nos anseios do aluno” (ALVES; DUARTE, 2005).

É importante também realizar estudos sobre a temática, e essa ação pode favorecer o docente e os demais discentes a entender melhor o aluno deficiente visual e poderá auxiliá-lo melhor no intuito de abandonar possíveis mitos que estiveram ligados a ele, o que pode influenciar no planejamento e organização das aulas. Santos & Hostins (2015) consideram a qualificação profissional, as adaptações físicas e as inovações pedagógicas fatores indispensáveis para garantir às pessoas acesso, permanência e sucesso no ensino superior.

Estácio & Almeida (2016) afirmam que é vital a adoção de uma proposta continuada de formação dos seus quadros docentes e técnico-administrativos nas instituições de ensino superior, para promover uma integração dos alunos com deficiência visual na comunidade acadêmica e, assim, assegurar a sua permanência. O diálogo entre o professor e o aluno é um grande aliado para a compreensão dos conceitos apresentados e que serão trabalhados em aula.

Cumprido salientar que não cabe somente ao professor tal responsabilidade educativa, é necessária uma equipe pedagógica qualificada e unida para que seja efetiva a inclusão educacional do aluno com deficiência visual (NASCIMENTO; HETKOWAKI, 2009).

## **DADOS COLETADOS ATRAVÉS DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA**

Para o presente estudo de caso, foi entrevistado o egresso W.F.S. de 25 anos, graduado em licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás campus ESEFFEGO sendo o primeiro deficiente visual na história da instituição a alcançar tal feito. W.F.S que é deficiente visual total, nasceu com baixa visão e foi diagnosticado com distrofia de cones causado por fatores genéticos, mantendo essa condição até os 16 anos de idade, quando foi descoberto uma catarata congênita que mesmo com uma operação não poderia recuperar a visão fazendo com que a sua cegueira tornasse total.

Eu, Rafael Lemos de Araújo, peço licença para me apresentar sendo colega de sala do discente que é objeto desse estudo na condição de pesquisador, tendo contato direto durante a graduação podendo presenciar diversas situações dentro e fora da sala de aula. Pude acompanhar de perto o início, as dificuldades e também facilidades que ele tinha no dia a dia do curso. O discente chegou sendo uma ‘novidade’ e também uma incógnita para o dia a dia da universidade devido a sua condição de vida, gerando a curiosidade de todos, fazendo se perguntarem como um deficiente visual teria condições de prosseguir e até mesmo completar a graduação. Mesmo com todas as adversidades que teve, desde sair da sua casa e se deslocar sozinho para a universidade, se locomover nas ruas e dentro do campus, conseguiu se manter firme em seu propósito e foi superando os obstáculos que eram encontrados pelo caminho como a falta de infraestrutura adequada para ele, já que a universidade mesmo tendo aberto o espaço não estava preparada para receber um deficiente visual.

A falta de piso tátil por exemplo, um elevador com comando de voz para ele não precisar subir as escadas e conseguir chegar na sala de aula sozinho, a falta de materiais adequados para que ele pudesse aprender e se desenvolver como acadêmico durante a graduação, como equipamentos de áudio descrição no uso de slides e de leitura dos textos de atividades propostas durante as aulas, fazendo com que ele tivesse uma dependência e boa vontade de colegas e professores para auxiliá-lo e que não perdesse nenhum conteúdo que era trabalhado. Além das dificuldades com a infraestrutura, teve que lidar com a desconfiança e preconceito por parte de alguns colegas e professores que não acreditavam que ele pudesse permanecer e seguir adiante para finalizar a graduação.

Durante as aulas também tiveram professores e colegas que buscavam a sua inclusão e integração, descobrindo formas de se comunicar com ele, pois as interações entre os seres

humanos são muito focadas no sistema visual. O discente, sempre muito solícito ensinava a melhor maneira de lidar com ele apontando caminhos para o professor e os colegas ajudaram da melhor forma, fazendo com que ele pudesse aprender e ter uma participação mais ativa nas aulas teóricas e práticas, com adaptações de materiais, sendo usado como exemplo para explicar determinados conteúdos como nas aulas de anatomia construindo materiais para facilitar seu aprendizado e cinesiologia que virou uma espécie de ajudante para o professor conseguir explicar para ele e o restante da turma sobre determinados movimentos e suas nomenclaturas.

Nas aulas práticas se mostrou um aluno bastante ativo e interessado para participar das atividades como nas aulas de atletismo que inclusive era um atleta da modalidade, jogos e brincadeiras que era incluído e ajudado por colegas para realização das atividades, voleibol, handebol e principalmente o basquete que proporcionou para ele uma participação maior sendo inclusive tema de artigo científico relacionado sua participação na modalidade.

A seguir será apresentado uma entrevista com perguntas e respostas que foram realizadas com o discente, analisando a sua percepção sobre a formação acadêmica.

#### CATEGORIA 1 – Obstáculos para o deficiente visual na graduação

- 1) Quais as dificuldades enfrentadas ao longo do seu curso, no que tange aos obstáculos físicos/infraestrutura?

Os obstáculos físicos enfrentados como a falta de acessibilidade como os programas de voz que a universidade não tem, falta de áudio descrição para realizar atividades durante as aulas. Em relação a infraestrutura, a falta de um piso tátil para que o aluno tenha a autonomia de transitar sozinho pela faculdade, professores de apoio contratados pela universidade, que possam contribuir com a aprendizagem do aluno, fazer utilização do braile e de programas de voz, e técnicos nessa área (W.F.S).

- 2) Quais as dificuldades enfrentadas ao longo do seu curso, no que tange aos aspectos sociais?

A maior dificuldade na graduação foi em relação ao preconceito sofrido durante o processo da graduação, por muitos falarem que não iria conseguir trabalhar na área por ser deficiente visual, que a Educação Física não é lugar para “cego”, e também por parte de alguns docentes, que já pediram para desistir de disciplina, diziam que o curso não era para mim, que a universidade não era meu lugar. Com a questão da pessoa com deficiência, no que tange o tema principal que é a inclusão, que passa a gente ser integrado dentro da universidade que na prática não inclui o aluno com deficiência como deve ser feito. A falta de interação dos Docentes para com as

pessoas com deficiência, não só a deficiência visual como qualquer outra deficiência dentro da universidade. (W.F.S.)

3) Quais as dificuldades enfrentadas ao longo do seu curso em relação ao apoio universitário?

Essas dificuldades foram o que descrevi em um momento anterior, como a falta de recursos de acessibilidade, e que a universidade infelizmente não está preparada para receber tanto o aluno com deficiência visual, quanto os alunos com os diferentes tipos de deficiência, então eu senti necessidade desse apoio, de ter uma máquina de braile no ensino superior, de ter um computador com programa de voz que pudesse ter acesso desde o início do curso para melhorar a compreensão dos conteúdos, da áudio descrição, senti falta de escritas em braile nas paredes ou quadros na estrutura da universidade para não se perder na hora de se locomover para um determinado local, devido a existência de muitos andares no prédio, e lugares mais acessíveis para locomoção como um elevador com um programa de voz, e etc... (W.F.S.)

CATEGORIA 2 – Autonomia e metodologia no processo de aprendizagem do acadêmico com deficiência visual.

1) Em termos de recursos didáticos e materiais pedagógicos, estes foram adequados para as suas necessidades de aprendizagem? Destaque aspectos positivos e limites.

No ano de 2020 a universidade me cedeu um notebook depois de ter feito vários pedidos, e assim, pude instalar o NVDA que é um programa utilizado pelo deficiente visual, auxiliando com os estudos na construção de atividades acadêmicas, na construção do próprio TCC e para uma maior interação e participação nas aulas, já que o final da graduação foi de forma remota. Os principais limites que tive foi que os materiais pedagógicos utilizados em sala não faziam o uso do áudio descrição, com exemplo de imagens, e de slides que eram utilizados pelos professores durante as aulas. (W.F.S.)

2) Como avalia seu aprendizado? Acredita ter competência e habilidades básicas para atuar como professor de Educação Física?

A universidade não te permite aprender tudo, e partindo para a questão da pessoa com deficiência, me sinto sim competente, tenho habilidades para atuar como um professor graduado em Educação Física, mas de certa forma gera um medo, pelo fato de que houve disciplinas em que a turma teve a capacidade de compreender um pouco mais, digo que tive a capacidade de compreender cerca de 60% do restante dos discentes. Mesmo assim me sinto preparado para o trabalho na Educação Física, mas senti falta desse aprendizado mais completo devido as minhas dificuldades, de poder aprender de forma parecida com o restante da turma. Na minha opinião a pessoa deve sim ser avaliada de forma diferente, mas não pode deixar de aprender, então senti essa necessidade de um maior aprendizado. Tive a questão também que alguns professores falavam para desistir de determinada disciplina, penso que eles deveriam me oportunizar para que eu tivesse uma possibilidade de aprender e compreender mais nas disciplinas. Como tive a experiência de estudar em turmas diferentes, senti que o professor poderia ter me aproveitado mais nas aulas, trazer

mais conteúdos que pudessem ser trabalhados pelas pessoas com deficiência, fazendo com que a turma se sentisse mais perto da deficiência e da pessoa. (W.F.S.)

### CATEGORIA 3 – Relação professor/colegas/aluno com deficiência visual.

- 1) Os professores conseguiram atender as necessidades de aprendizagem? Destaque os êxitos e os limites.

Para a discussão eu tiraria os professores em si e colocaria parte dos professores, porque os professores que conseguiram e se esforçaram para que eu pudesse aprender foram poucos, pode ser que eu estava integrado nas aulas, mas não me sentia incluído, não adianta estar participando da aula, mas não ter inclusão, pois um professor que pede para o aluno desistir de determinada disciplina, pode significar que ele não acredita no potencial do aluno e ele não vai te oportunizar com o aprendizado. Mesmo assim tiveram professores que se esforçaram para ajudar e me abraçaram como aluno. Me sinto privilegiado por ter conseguido aprender algo durante a graduação, consegui ter interação com a turma e com outros colegas na universidade, comunicar com a maioria dos docentes presentes na universidade. A graduação valeu a pena e pretendo complementar o aprendizado com mais cursos fora da universidade para dar continuidade a minha formação acadêmica. (W.F.S.)

- 2) Ao longo do curso teve apoio de outros discentes para com as atividades formativas?

O apoio que eu tive foi somente de parte dos discentes da universidade, e isso destacando também a questão do professor de apoio. No começo do curso eu tive contato com uma professora de apoio, que não me levava muito a sério na hora de transmitir os conteúdos, de lidar com a pessoa com deficiência no geral, quase não ia dar aulas, e isso me fez ser um pouco prejudicado em alguns aspectos, mas mesmo assim consegui levar a diante. Tive uma relação mais forte com 4 colegas de curso que me auxiliavam sendo dois da minha turma e dois de turmas diferentes com quem eu tive mais afinidade, sempre faziam a minha inclusão na realização de atividades, teóricas e práticas. (W.F.S.)

- 3- Como foi sua relação com os professores? Entende que houve interesse por parte dos docentes para com sua aprendizagem? Houve abertura para o diálogo buscando a criação de estratégias de ensino e inclusão?

A relação com os professores, umas foram mais tranquilas e outras complicadas, principalmente por parte dos professores que insistiram para que eu não continuasse no curso, tenso uma relação um pouco tensa com eles, dando a entender que eles não queriam me aceitar nas aulas, isso me incomodava muito e dificultava na relação com eles. Mesmo fazendo o possível para que a relação fosse boa. E quando o professor não acredita que é possível, fica difícil ter uma relação boa com eles pois, me sentia como se estivesse sendo jogado de lado, como se fosse um objeto e por falarem que não vai dar certo. Mas, também tiveram professores que sempre buscaram acreditar em mim, que me ajudaram com estratégias para que pudesse compreender os conteúdos propostos e isso valeu a pena para que eu pudesse me esforçar mais e aprender. Tive interesse somente por parte dos docentes e senti a necessidade de ter uma interação com todos os colegas. (W.F.S.)

- 3) Você se sentiu motivado a participar das aulas (práticas e teóricas)? Destaque os sucessos e insucessos?

Me senti motivado, mas também desmotivado. A minha motivação foi porque tive professores que tiveram paciência e buscaram estratégias para me incluir melhor nas aulas teóricas e práticas, e isso me fez aprender. Tiveram a paciência de colocar os textos em formato PDF para poder acompanhar os conteúdos, tiveram a iniciativa de ler comigo outros conteúdos, de elaborar uma prova oral para que pudesse compreender e ter a possibilidade de ser aprovado na disciplina, com os colegas que me deram uma ajuda nas aulas práticas, quando o professor não podia, tinha dois colegas que gostavam de sentar comigo para ler os textos e atividades em sala no tempo que fiquei sem um professor de apoio e me fez sentir mais motivado, o que me desmotivou foi algumas disciplinas que os professores não me apoiavam nessas aulas práticas por ficarem com medo de acontecer algo e eu senti necessidade de participar de mais aula, embora tiveram outras que eu pude participar como o exemplo do basquete que posteriormente foi transformado em artigo, referente a possibilidade do ensino do basquete para os deficientes visuais, nas aulas de anatomia pude aprender bem por ter tido contato com as peças que eram objetos de estudo. E também com a utilização dos meus programas de computador (NVDA) e smartphone (TALKBACK) que liam os textos para melhor compreensão das disciplinas e mesmo tendo dificuldades, não me impediu de concluir minha formação, de estar trilhando o caminho que estou hoje, assim como qualquer pessoa que é considerado normal. Para acrescentar ao estudo, deixo a minha opinião e conselho para os professores que iram receber mais alunos com deficiência visual, é que a universidade se prepare mais para lidar com essa deficiência e também com as diversas que existem e que tem a possibilidade de ingressar no ensino superior. Para não ter as mesmas dificuldades que eu vivi ao longo do curso, mesmo que não se sintam 100% incluído, mas que possa facilitar o trabalho e aprendizado desses novos alunos porque todos somos iguais e todos nós deficientes ou não temos o direito de aprender como qualquer um e todos temos dificuldades e facilidades em algo. (W.F.S.)

### ANÁLISE E DEBATE DAS RESPOSTAS

A partir das respostas do aluno W.F.S., foi possível identificar através da entrevista, que na Categoria I, as respostas das questões 1 e 3 se complementam pois, se tratavam dos obstáculos físicos que ele enfrentou como a falta de uma infraestrutura adequada no campus que não tinha o suporte suficiente para abrigar um deficiente visual, como foi citado por ele, um piso tátil, programas de voz em equipamentos que serviriam para a sua utilização nas aulas, a falta também de professores de apoio qualificados para auxiliado após as aulas, e lugares pouco acessíveis para a sua locomoção dentro do campus.

Já na questão 2, foi tratado sobre os aspectos sociais e que a maior dificuldade sentida pelo aluno, foi em relação ao preconceito sofrido por ele tanto de professores quanto de alguns colegas, que diziam coisas com tom negativo afirmando que por ele ser deficiente visual não seria capaz de levar adiante a sua formação. E diante disso pudemos comprovar que estavam errados nessas afirmações.

Seguindo para a Categoria II, dentro das respostas concedidas nós não iremos comentar a 1º questão, retomando a discussão a partir da 2º questão que se tratou do seu aprendizado. Pelas respostas dadas pelo aluno, pudemos concluir ele se sente capaz de contribuir e ser inserido no mercado de trabalho após a sua formação, apesar de sentir que não teve a capacidade de aprender tanto quanto gostaria, até pelas suas limitações naturais e da universidade para com ele. Mesmo não deixando de aprender, ele sentiu que poderia ter sido melhor aproveitado dentro das disciplinas, apesar disso, teve experiências com alunos de turmas e pensamentos diferentes o que possibilitou ampliar um pouco mais seu conhecimento acerca das disciplinas.

Na Categoria III, iremos tratar a questão 1 e 3 juntas por se tratar da relação entre ele e os professores no dia a dia da universidade. Através das respostas dadas pelo aluno, pudemos observar que parte dos professores foram bem solícitos com ele durante a graduação e outros nem tanto. Tendo uma relação de companheirismo em determinadas disciplinas e outros que tinham pensamentos negativos em relação a sua continuidade na graduação, chegando até a pedir para ele desistir de determinadas disciplinas e até mesmo do curso por entender que ele não seria capaz de continuar. Foi um choque de realidade para ele, mas, mesmo incomodado com a situação, foi levando a graduação com a maior excelência que pode, sendo abraçado por alguns colegas e por professores que acreditam na inclusão da pessoa com deficiência na graduação e na sociedade no geral.

Na questão 2, foi perguntado sobre a relação dele com os colegas de universidade, que segundo ele, contou com a participação e ajuda mais ativa de cerca de 4 colegas, sendo 2 de duas turmas em que ele foi inserido. E assim como qualquer turma, teve mais afinidade com eles e por isso sempre estava incluído na realização de atividades teóricas e práticas, às vezes até fora da universidade por ser uma pessoa muito querida e admirada pelos colegas.

Já na questão 4 foi perguntado sobre a sua motivação durante as aulas, e segundo o próprio, a motivação vinha dele, de professores que o ajudaram e tiveram a curiosidade de buscar mecanismos para incluí-lo nas aulas, melhorando seu aprendizado. Tendo sido elaborado até formas de avaliação como uma prova oral. Ou a construção de materiais táteis para facilitar no aprendizado. O que o desmotivou durante esse período, foi justamente a falta de empatia de alguns professores, colegas que não gostavam de sentar com ele para auxiliar numa leitura de texto. A falta de um

professor de apoio, já que a 1ª professora que ele teve não era uma pessoa presente na rotina acadêmica e não tinha paciência e vontade de ajudar não só ele, mas outros colegas com deficiência que eram monitorados por ela. E durante a pandemia teve um período de dificuldades, mas depois de muitos pedidos foi cedido pela universidade um notebook que ele pode usar e instalar programas de acessibilidade, e isso possibilitou concluir a graduação.

Pois, assim como uma pessoa considerada normal, ele também é capaz de desenvolver um aprendizado e buscar a sua formação pessoal e profissional, e que a experiência vivida por ele sirva de exemplo para que os próximos alunos com deficiência visual sejam tratados de forma mais igualitária, dando a oportunidade de aprendizado para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos a pesquisa pretendíamos responder a seguinte questão. Como se deu o processo de ensino e aprendizagem de um aluno com deficiência visual durante sua formação de licenciatura em Educação Física? Através de levantamento de dados com uma pesquisa bibliográfica e entrevista, buscamos compreender o que é a deficiência visual de fato, analisar a sua formação como professor de Educação Física e como ele lidou com as adversidades no dia a dia da universidade. Diante disso, pudemos observar que os obstáculos foram muitos. Desde a falta de estrutura necessária para que esse aluno pudesse se desenvolver no que diz respeito a uma formação acadêmica, até a forma com que as pessoas lidaram com ele no ambiente educacional.

Nesse cenário, podemos destacar a falta de materiais adequados para os estudos como uma máquina de braille, o piso tátil para que ele pudesse transitar mais livremente e com certa independência, um elevador com programa de voz que facilitaria sua locomoção para as salas de aula, já que o prédio é cheio de degraus e dificulta essa locomoção por parte do aluno. Indo para a parte educacional, a universidade não possui um equipamento de áudio descrição que o ajudaria a compreender o que é passado durante as aulas.

Observou-se também que os professores não estavam preparados para receber esse aluno e poucos buscaram a inclusão dele nas disciplinas teóricas e práticas na tentativa de flexibilizar as metodologias para o ensino que na maioria das vezes são baseadas no visual, e os professores costumam fazer uso de slides para apresentar os conteúdos propostos para a disciplina e raramente fazem a utilização do quadro. Durante as aulas práticas tentavam adaptá-lo às atividades tendo a ajuda de alguns colegas que se dispunham a ajudar para que pudesse ter uma participação ativa e tivesse uma noção mesmo que pequena da modalidade praticada durante as aulas.

É de extrema importância que os professores tenham pelo menos uma pequena noção de como fazer uma descrição de uma imagem e também de áudio descrição ao utilizar um vídeo para explicar o conteúdo ministrado, e isso além de ajudar muito, evita que o aluno se sinta totalmente dependente dos professores em sala e também dos professores de apoio. O ideal é que o professor não se exime de sua responsabilidade como educador e busque um planejamento de aulas levando em consideração as necessidades de todos os alunos, incluindo de outras deficiências que as universidades estão cada vez mais dando um espaço maior,

buscando alternativas para transmitir os conteúdos ministrados como um arquivo em PDF ou WORD, o que facilitaria o acesso do aluno.

Esse processo de inclusão da pessoa com deficiência ainda está em fase de construção e precisa ser levado mais a sério, necessita que tenham um olhar mais atento no seu desenvolvimento, através das práticas de ensino. É importante para o aluno se sentir incluído e que ele tenha o apoio da universidade não só para ingressar na universidade, mas também apresentando condições adequadas para a sua permanência.

Mesmo com todas as dificuldades, o aluno foi superando esses desafios que foram surgindo ao longo de sua formação. Sempre muito dedicado, levando a vida e as adversidades com bom humor e mostrando para todos que estava motivado para cumprir esse desafio até o final, e tendo a esperança de que a graduação poderia transformar a sua vida. Após a sua chegada na instituição sentiu que faltava um apoio tanto de alguns colegas quanto de professores, mesmo assim conseguiu levar adiante sua formação. O aluno também ressaltou que os professores, colegas e a instituição precisam aprender a lidar com o aluno com deficiência, de modo que todos possam aprender e ter uma formação assim como ele teve. E isso além de um dever da sociedade, é direito de toda pessoa com deficiência seja ela qual for que ela possa ter acesso ao ensino superior.

Diante dos dados obtidos foi possível observar que mesmo com as dificuldades estruturais e também na formação acadêmica e profissional, tanto o aluno quando docentes e colegas de classe tiveram uma boa interação, não por parte de todos, mas isso trouxe uma grande bagagem de experiências sociais e educacionais, onde foi possível fazer com que todos os envolvidos na formação do aluno com deficiência visual fizessem uma reflexão sobre o que realmente é inclusão. O aluno com deficiência visual teve a oportunidade de se relacionar com diversos tipos de pessoas e vivenciar experiências novas, mesmo que a inclusão total não tenha acontecido de fato, procuramos buscar sugestões e soluções para a melhoria do tratamento da universidade em relação a formação do deficiente visual, sabendo que ele poderia ser um grande exemplo e ter sido a porta de entrada para que outros deficientes sejam eles visuais ou não, e que eles queiram trilhar o mesmo caminho.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE Édison. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física.** Inclusive education: a study in the physical education field. Rev. Bras. Ed. Esp., v.11, n.2, p.223-240, 2005.

ALONSO, Edison Montenegro et al. **Inclusão na educação física escolar na concepção dos escolares com deficiência visual.** Educ. Fis., Esporte e Saúde, v. 18, p.1-17, 2020.

ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. **A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades.** Acta Sci. Human Soc. Sci., v. 27, n. 2, p. 231-237, 2005.

\_\_\_\_\_. **A exclusão nas aulas de Educação Física: fatores associados com participação de alunos com deficiência.** Movimento, v. 19, n. 1, p. 117-137, 2013.

\_\_\_\_\_. **A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso.** Rev Bras Educ Fís Esporte, v. 28, n. 2, p. 329-38, 2014.

\_\_\_\_\_. **Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente.** Revista Educação Especial, v. 24, n. 40, p. 207-218, 2011. CARVALHO, Camila Lopes de; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física.** Educación Física y Ciencia, v.20, n.01, p. 41-56, ene. 2018.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, E. M. B. **Recursos didáticos na educação especial.** Revista Benjamin Constant. Rio de Janeiro, p. 01-06, abr. 2000.

COSTA, Camila de Moura; MUNSTER, Mey de Abreu Van. **Adaptações Curriculares nas Aulas de Educação Física Envolvendo Estudantes com Deficiência Visual.** Rev. Bras. Ed. Esp., v.23, n.3, p.361-376, 2017.

COSTA, M. G. **Ginástica localizada.** 2ª Ed., Rio de Janeiro. Ed. Sprint, 1998.

DACOSTA, L. (org.) **Atlas do Esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: Shape, 2005.

Disponível em: <[http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos\\_Meios\\_](http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_)

FALKENBACH, Atos Prinz; LOPES, Elaine Regina. **Professores de educação física diante da inclusão de alunos com deficiência visual.** Pensar a Prática, v. 13, n. 3, p. 1-18, 2010.

FIGUEIREDO, Zenólia Cristina Campos (Organizadora). **Formação Profissional em Educação Física e o mundo do trabalho**. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. **Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor** Rev. Bras. Ed. Esp., v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; NABEIRO, Marli. **Um Estudo Sobre a Intervenção com o Professor de Educação Física para Inclusão Educacional do Aluno com Deficiência Visual**. Revista da Sobama, v. 14, n. 2, p. 21-26, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 296p.

FURTADO, Otávio Luis Piva da Cunha. **A participação de jovens com deficiência visual em aulas de educação física: experiências na rede regular e em instituições especializadas**. Pensar a Prática, v. 22, 2019.

GIL, Antônio Carlo. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6 ed. Atlas, São Paulo: 2008.

GODOY, Lauret. **Os jogos olímpicos na Grécia antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

<http://jus.uol.com.br/revista/texto/12170/a-pessoa-com-deficiencia-o-principio-da-igualdade-e-as-politicas-publicas-no-setor-de-transporte-coletivo-urbano-no-municipio-do-rio-de-janeiro>

<http://www.scielo.br/scielo>

<http://www.webartigos.com/articles/8301/1/Inclusao-E-Exclusao-De-Deficientes-Na-Sociedade/pagina1.html>

<http://www.webartigos.com/articles/33351/1/OS-VARIOS-PARADIGMAS-QUE-PERMEIAM-A-HISTORIA-DA-PESSOA-COM-DEFICIENCIA-EM-NOSSA-SOCIEDADE/pagina1.html>

KNIPS, Bernardo; DAVID, Ana Cristina. **Elementos de pesquisa em esporte escolar: monografia**. 1 ed, Brasília: Universidade de Brasília – Centro de Educação a Distância, 2005.

KUNZ, Elenor et al. **Novas Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativa, preposições, argumentações**. Revista do CBCE, vol 20(1), p.37-47, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrada. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. Atlas São Paulo: 2003.

LEITÃO, José Carlos; FERNANDES, Cleonice Terezinha. **Inclusão escolar de sujeitos com deficiência visual na rede regular de ensino brasileira: revisão sistemática.** Revista Linhas Críticas, v. 17, n. 33, p. 273 - 289, 2011.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 1997.

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, Atos; RISSI, Simone. **Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física.** Rev. Bras. Ciênc. Esporte, v. 33, n. 1, p. 87-102, 2011.

MIOTTO, Ana Cristina Felipe. **O currículo prescrito para educação inclusiva: a proposta curricular e a inclusão dos alunos com deficiência visual.** Revista de Educação Especial, v. 23, n. 37, p. 195-206, 2010.

MONTOYA, R. Sanchez. **Ordenador y Discapacidad. Practicas de Apoyo a las Personas con Necesidades Educativas Especiales.** Disponível em: [www.ordenatorydiscapacida.net](http://www.ordenatorydiscapacida.net)

NASCIMENTO, A. D; Hetkowsk, T. M. **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas.** Salvador, EDUFBA, 2009, 400pp.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão.** Tese de doutorado. Niterói, RJ: UFF, 2004

PEREIRA, M. M; MOULIN, A. F. V. **Educação Física para o Profissional Provisionado.** Brasília: CREF7, 2006.

PIRES, R. G. **História da Educação Física na Bahia: o percurso da Formação Profissional.** In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Anais... 2006, Uberlândia. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006. vol. único.

RAMOS, Jair Jordão. **Exercícios físicos na história e na arte.** São Paulo: Ibrasa, 1983

RAPOSO, P. N. (2006). **O impacto do sistema de apoio da Universidade de Brasília na aprendizagem de universitários com deficiência visual** (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

RBC\_RevAbr2000\_ARTIGO3.RTF>. Acesso em: 20 jul. 2015.

RODRIGUES, C. L. Bessa. **Livro Acessível: Diagnóstico e Agenda para uma Estratégia Regulatória com o Setor Privado.** Disponível em: [www.bancodeescola.com](http://www.bancodeescola.com)

RODRIGUES, David. **A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas.** Revista da Educação Física, v. 14, n. 1, p. 67-73, 2003.

RUFINO, Mariana Batista et al. **Estratégias de ensino e recurso pedagógico nas aulas de educação física: uma revisão de literatura.** Revista Científica Fagoc Multidisciplinar, v. 1, n. 2, 2016.

SÁ, Elizabet Dias. **Oficina Educação Inclusiva no Brasil: Diagnóstico Atual e Desafios para o Futuro — Relatório Sobre Tecnologias Assistivas e Material Pedagógico.** Disponível em: [www.bancodeescola.com](http://www.bancodeescola.com) [

SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, I.M.; CAMPOLINA, M. B. S. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Deficiência visual.** SEESP/ SEED/ MEC. Brasília-DF, 2007.

SILVA, Joale Jefferson da; SOUTO, Elaine Cappellazzo. **A pessoa com deficiência visual: considerações sobre a sua participação nas aulas de educação física.** Revista Educação Especial, v. 28, n. 51, p. 181-192, 2015.

SILVA, N.P. **Atletismo.** 2ª Ed. São Paulo: Ed. Cia Brasil, 1998.

STEI FERRARO, Alcyr N. **A Educação Física na Bahia: Memórias de um professor.** Bahia: CEDUFBA, 1991

TAFFAREL, C. N. Z; LACKS, S. **Diretrizes curriculares: proposições superadoras para a formação humana.** In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (org). Formação profissional em educação física e mundo do trabalho. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005, p. 89-109.

TAFFAREL, C. N. Z; SANTOS JÚNIOR, C. de L. **Nexos e determinações entre formação de professores de educação física e diretrizes curriculares: competências para quê?** IN: FIGUEIREDO, Z. C. C. Formação profissional em educação física e mundo do trabalho. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005, p. 111-136.

TOJAL, João Batista. **Currículo de Graduação em Educação Física: a busca de um modelo.** Campinas, SP: UNICAMP, 1989. NHILBER, J. Profissional de Educação Física Existe? Rio de Janeiro: Ed. Sprint: 1996.

TOJAL, João Batista. **Formação de profissionais de educação física e esportes na América latina**. Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.7, jul./dez. 2005b.

TOJAL, João Batista. **Perspectivas da motricidade humana no Brasil – nas diretrizes curriculares, nos programas de formação profissional e nas relações e ações em saúde**. Movimento & Percepção. Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.6, jan./jun. 2005a.

TRIVIÑUS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução as pesquisas sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.